UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UnB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JULIANA DE SOUSA CARDOZO

UM OLHAR SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

Brasília, DF

2011

JULIANA DE SOUSA CARDOZO

UM OLHAR SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor doutor Remi Castioni.

Orientador: Prof. Dr. Remi Castioni

Brasília, DF

2011

©2011 Juliana de Sousa Cardozo

Todos os direitos reservados

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Ficha Catalográfica

CARDOZO, Juliana de Sousa.

UM OLHAR SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

JULIANA DE SOUSA CARDOZO

UM OLHAR SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título **de Licenciado em Pedagogia,** à Comissão Examinadora da **Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**, sob a orientação do professor doutor Remi Castioni.

Brasília, 27/12/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Remi Castioni (Orientador)
Universidade de Brasília - Faculdade de Educação

Prof. Dr. Lucio Telles
Universidade de Brasília - Faculdade de Educação (examinador)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Universidade de Brasília - Faculdade de Educação (examinador)

Dedico esse trabalho aos meus pais João e Maria, aos meus irmãos, Sandra, Marcos, Carlos e Priscila, pois, sempre, ou na maioria das vezes, estiveram ao meu lado. Dedico esse trabalho de forma grata aos meus pares na Superintendência Nacional de Previdência Complementar, pois sem tal contribuição não existiria a presente análise, sua concepção e desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos àqueles que me apoiaram de forma direta ou indireta, ao meu pai e à minha mãezinha, aos professores que me deram a honra de participar de sua vida acadêmica, recebendo e adquirindo os ensinamentos transmitidos.

Agradeço a Deus pelas oportunidades postas em minha vida, sendo essa uma das mais importantes e surpreendentes de todas, com a qual espero ser motivo de orgulho a minha família e amigos.

Agradeço a uma amiga hoje distante, que foi a grande incentivadora e responsável por eu ter iniciado este caminho na pedagogia, Obrigada Kalinka!

Agradeço em especial ao meu amigo Carlos de Paula, que acreditou e investiu em mim, dando-me as coordenadas e condições necessárias para que eu pudesse iniciar este curso, que proporcionou a ampliação de meus horizontes e a vivência deste momento tão especial.

Agradeço, DE FORMA MAIS QUE ESPECIAL, aos meus amigos, pois sem eles a vida não seria tão divertida.

A TODOS, O MEU MUITO OBRIGADO!!!

"*Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido*."

(Arthur Lewis)

CARDOZO, Juliana de Sousa. *UM OLHAR SOBRE A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF E SUA POTENCIAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA PREVIDENCIÁRIA.* Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RESUMO

O presente estudo elege como objeto de investigação a ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira instituída pelo Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010, por uma iniciativa das entidades e dos órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), prevê ações voltadas especificamente para a inclusão da educação financeira nas escolas, além de ações destinadas ao público-alvo adulto. Nesse estudo a problemática da disseminação da cultura de poupança se faz presente, e é analisada à luz do cenário de bônus demográfico pelo qual passa o Brasil atualmente.

Palavras chaves: Educação Financeira, Cultura Previdenciária, Bônus Demográfico.

ABSTRACT

This study chooses as the object of research ENEF - National Strategy for Financial Education established by Decree No. 7397 of December 22, 2010, by an initiative of the entities and agencies comprising the Committee on Regulation and Supervision of Financial Markets, Capital, Insurance, Pension Plans and Capitalization (COREMEC) provides for actions directed specifically to the inclusion of financial education in schools, as well as actions aimed at an adult audience. In this study the problem of spreading the culture of savings is present, and is analyzed in light of the demographic bonus scenario by which Brazil currently spends.

Keywords: Financial Education, Culture Social Security, Demographic Bonus.

SUMÁRIO

RESUMO **8**

ABSTRACT **9**

APRESENTAÇÃO **13**

INTRODUÇÃO **14**

OBJETIVO GERAL 15

OBJETIVOS ESPECÍFICOS 15

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA 17

PRIMEIRA PARTE **20**

MEMORIAL **20**

SEGUNDA PARTE **26**

CAPÍTULO 1 – BÔNUS DEMOGRÁFICO, AUMENTO DA ESCOLARIDADE E DA RENDA, PONTOS FAVORÁVEIS À ENEF **26**

1.1 – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES 27

1.2 – URBANIZAÇÃO 28

1.3 – TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA 29

1.3.1 – Dependência demográfica 30

1.3.2 – Diminuição da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida 32

1.4 – AUMENTO DA RENDA E DA CLASSE MÉDIA 35

1.5 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE 37

1.5.1 – Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional 38

1.5.2 – Defasagem e taxa de freqüência escolar 39

1.6 – CENÁRIO - A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 41

1.7 – O PERIGO DO PERÍODO PÓS BÔNUS DEMOGRÁFICO 44

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA PREOCUPAÇÃO RECENTE NO BRASIL **45**

2.1 - OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 46

2.2 - A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A ESCOLA 48

CAPITULO 3 – A ENEF: CONCEPÇÃO, ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO **52**

3.1 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITO 53

3.2 – A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA OCDE 53

3.3 – ENEF – CRIAÇÃO 56
3.3.1 – Estrutura de Governança 62
3.3.2 – A coleta de informações para subsídio 67
3.3.2.1 – A Pesquisa 67
3.3.2.2 – O *site* para cadastro do inventário de ações 69
3.4 – ENEF – PROPOSTA DE ATUAÇÃO 70
3.4.1 – Educação Financeira nas Escolas 72
3.4.2 – Educação Financeira para Adultos 78
3.5 – ENEF – AVALIAÇÃO 81
CAPÍTULO 4 – O PROJETO PILOTO DA ENEF - A INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E PROPOSTAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO 84
4.1 - O PROJETO 84
4.1.1 – Material Didático 86
4.1.2 – Avaliação de Impacto do Banco Mundial ao projeto piloto de inclusão da educação financeira nas escolas 89
4.2 – AVALIAÇÃO DA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA 92
4.3 - PROPOSTAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA 97
4.3.1 – Na esfera Federal 98
4.3.2 – Nas esferas Estaduais 101
4.3.2.1 – Em São Paulo 101
4.3.2.2 – Em Minas Gerais 102
4.3.2.3 – Em Santa Catarina 103
4.3.2.4 – No Rio Grande do Sul 103
4.3.3 – Na esfera Municipal 104
4.3.3.1 – Em Santos/SP 104
4.3.3.2 – Semana da Educação Financeira em Anápolis/GO 105
CONSIDERAÇÕES FINAIS 106
REFERÊNCIAS 111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gráfico 1: Projeção da população até 2030 27

Figura 2. Gráfico 2: Taxas de atividades específicas femininas - Brasil: 1950-2000 28

Figura 3. Gráfico 3: Proporção da População Residente, por Situação de Domicílio 1950/2010 (% da população)* 29

Figura 4. Gráfico 4: Transição demográfica no Brasil: 1950-2030 29

Figura 5. Gráfico 5: Taxas de dependência demográfica no Brasil: 1950-2030 30

Figura 6. Gráfico 6: Taxas de mortalidade infantil (por mil) e esperança de vida ao nascer (em anos) 33

Figura 7. Gráfico 7: Coeficiente de Gini (média móvel em 12 meses) 36

Figura 8. Gráfico 8: Distribuição da população baseada na Renda per capita (percentis, taxa de crescimento anual)* 37

Figura 9. Gráfico 9: Taxa de analfabetismo segundo Grupos de Idade (% da população) 38

Figura 10. Gráfico 10: Média de anos de estudo das pessoas de 7 anos ou mais de idade, por idade pontual e grupos de idade – Brasil - 2002 40

Figura 11. Gráfico 11: Taxa de Participação por Anos de Estudo (% da população em idade ativa) 41

Figura 12. Folder da Pesquisa Nacional 68

Figura 13. Site para inventário de ações 70

Figura 14. Tabela 1: Propostas do Plano de Ação para inclusão da ENEF nas escolas 74

Figura 15. Dimensões espacial e temporal da educação financeira. 86

Figura 16. Matriz de competências da educação financeira 87

Figura 17. Material Didático da ENEF: Livro do Aluno 88

Figura 18. Tabela 2: População dos planos de benefícios com projetos de educação financeira e previdenciária aprovados em 2009 e 2010 96

APRESENTAÇÃO

A presente monografia tem como objeto de estudo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), projeto que está em implantação nas escolas brasileiras visando melhorar a compreensão dos indivíduos e da sociedade em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda para adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Deste modo, intenta compreender os objetivos da ENEF e as colaborações que esta pode trazer à sociedade a fim da aumentar a poupança previdenciária brasileira no atual período de bônus demográfico, pois a educação financeira viabiliza a obtenção da independência e tranqüilidade financeira, dando subsídios para que as pessoas possam evoluir na sua condição econômico-financeira. Dessa forma, tal tema deve ser incluído no cotidiano escolar a fim proporcionar à criança desde cedo, planejar sua vida financeira com capacidade de perceber o mundo ao seu redor e assim se tornar um adulto que consuma conscientemente e de forma segura.

INTRODUÇÃO

Famílias de todos os níveis de renda partilham as mesmas aspirações. Procuram pôr comida na mesa, educar os filhos, adquirir a casa própria e planejar para o futuro. Viver numa situação de pobreza implica em não possuir renda suficiente para atingir esses objetivos. Para que possam poupar até mesmo pequenas quantias, essas pessoas, além de gastar com cautela, necessitam ter acesso a informações e desenvolver habilidades que propiciem um melhor manejo do dinheiro. O objetivo da educação financeira é dar a eles as ferramentas e o poder de conseguir isso.

A necessidade da Educação Financeira fica evidente ainda ao se analisar dados como da Pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha, em seis capitais brasileiras (Rio, São Paulo, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife e Salvador) após ouvir 1.809 pessoas, revela que o nível de educação financeira da população brasileira ainda é baixo. De acordo com a pesquisa, só 31% dos brasileiros guardam dinheiro de olho na aposentadoria, enquanto 44% investem dinheiro todo mês. No caso de dívidas, também há estratégias incorretas, já que 30% dos brasileiros pagam apenas a parcela mínima do cartão de crédito, quando sua situação financeira aperta, ao passo que, entre brasileiros com menos de três anos de estudo, 47% deles preferem pagar um número maior de parcelas, sem ter uma clara noção dos juros maiores embutidos.

Face ao exposto cria-se, um cenário favorável para se discutir a respeito da Educação Econômico-Financeira do cidadão.

A pesquisa citada faz parte de estudo realizado em 2008 com vistas a subsidiar a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Iniciativa das entidades e dos órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) que é coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e composto por representantes do Banco Central do Brasil (BCB), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em resposta a uma atual necessidade da sociedade.

O COREMEC, consciente da necessidade de fomentar a cultura financeira no país, criou o Grupo de Trabalho, em 2007, a fim de desenvolver e propor uma “Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)”. O objetivo do Grupo foi o de definir uma proposta de política pública voltada para a educação financeira de toda a população. O Grupo recebeu a participação voluntária de associações e outras entidades representativas do mercado que já desenvolvem ações de educação financeira.

Tal discussão, antes pautada somente por iniciativas individuais, se fortalece com a criação, pelo governo federal da ENEF, que propõe, entre outros temas, promover e fomentar a cultura da educação financeira no país. Inúmeras iniciativas vêm surgindo para contribuir com a difusão do tema abordado, e ao final da presente análise serão apresentadas algumas iniciativas nas diversas esferas de governo, que visam institucionalizar o tema nas escolas de todo país.

OBJETIVO GERAL

Analisar as propostas da ENEF à luz do período de bônus demográfico que o Brasil atravessa atualmente, afim de investigar as possíveis contribuições à disseminação da cultura de poupar e conseqüente aumento da poupança brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Relacionar as propostas da ENEF com o momento de bônus demográfico por que passa o país.

Avaliar a importância da inclusão da educação financeira e previdenciária nas escolas de todo o país.

Investigar a concepção da ENEF e as propostas de ações de educação financeira para os públicos infantil e adulto.

Investigar o projeto piloto desenvolvido no âmbito da ENEF, bem como a avaliação de seu impacto.

Identificar os projetos de educação previdenciária elaborados para o segmento da previdência complementar fechada.

Apresentar algumas das propostas de institucionalização da educação financeira que tramitam nas esferas federal, estadual e municipal.

Ao verificar a relevância do ensino da educação financeira e previdenciária e identificar os conteúdos vistos como prioritários para a formação do cidadão brasileiro na opinião de alunos, professores e especialistas, a pesquisa visa evidenciar o tema. Também ressalta soluções em termos de conteúdo, a fim de que a população, ao ter acesso a essas informações tenha capacidade de análise para tomar decisões que impactem direta ou indiretamente na gestão de suas finanças. O impacto dessa mudança poderá ser percebido no bem estar da sociedade.

O desenvolvimento de ações para corrigir uma possível falha em relação ao ensino dos conteúdos sobre o tema requer a observação da existência de uma lacuna na formação básica do cidadão, no que tange às demandas por informações de educação financeira, e a oferta existente no ensino.

A sociedade enfrenta problemas gerados pela falta de instrução financeira da população. Oferecer uma resposta quanto ao conteúdo prioritário para efetiva formação de crianças e adultos capazes de tomar decisões financeiras assertivas contribui para a tomada de decisão consciente frente a complexidade dos impactos gerados por suas decisões.

A partir dessa pesquisa, o meio acadêmico obtém mais informações para realizar futuros questionamentos e tem em mãos dados para reforçar considerações a respeito do assunto, auxiliando no processo de construção do conhecimento que levará a uma mudança na forma de pensar sobre o tema.

Sendo assim, fez-se fundamental a realização desta pesquisa a fim de coletar informações acerca da educação financeira de modo geral, bem como sobre a elaboração e implantação da ENEF nas escolas, que possibilitassem entender melhor sua relevância para a formação dos cidadãos brasileiros e para a sociedade. A presente pesquisa visa ainda divulgar a ENEF no meio acadêmico, tendo em vista a constatação de que seus integrantes, em sua maioria, desconhecem a temática ora analisada.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente pesquisa tem caráter predominantemente qualitativo e o procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso. Sobre o objetivo de um estudo de caso, escreve Goldenberg (2003, p.33):

> *"O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto através de um mergulho em um objeto delimitado".*

Para a elaboração de um estudo de caso, é necessária uma coleta de dados bastante aprofundada, a fim de elucidar a situação analisada. Assim, o estudo de caso possui dois momentos distintos: a apreensão e, posteriormente, a descrição da situação.

Entende-se que estudos de casos não são indicados a toda e qualquer pesquisa, na medida em que é impossível fazer generalizações a partir de um caso particular. Contudo, Lazzarini (1984) aponta algumas situações em que o estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa adequada. Entre essas estão:

a) Quando os temas analisados são contemporâneos, abrangentes e complexos.

b) O fenômeno não pode ser estudado fora de seu contexto sem perda de utilidade da pesquisa.

c) O foco maior é na compreensão dos fatos e não em sua mensuração.

d) A possibilidade de utilizar várias fontes para evidenciar os fatos é uma necessidade metodológica.

Vê-se, portanto, que o método de estudo de caso mostra-se adequado na presente pesquisa, uma vez que o objetivo da pesquisa é analisar e compreender o processo de concepção da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que busca a inclusão da educação financeira nas escolas e ao público adulto.

Foi efetuada investigação acerca do bônus demográfico por que passa o Brasil atualmente, bem como sobre o aumento da escolaridade e da expectativa de vida da população, fato que se mostra desafiador para a sustentabilidade da

previdência no país, com a finalidade de fixar um panorama acerca do momento em que a ENEF é proposta, podendo trazer a esse período tamanha possibilidade de crescimento.

Foram levantadas impressões de autores sobre a necessidade da educação financeira no universo infantil, bem como as contribuições da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema.

Na seqüência a ENEF foi estudada, desde sua concepção, estrutura de governança, ações de implementação da educação financeira para o público adulto e para as crianças nas escolas, o material didático desenvolvido para tanto e a implementação de projeto piloto em 900 (novecentas) escolas como teste para a expansão da ENEF para todo o país. Por fim, foi abordada a Avaliação de Impacto de tal projeto piloto elaborada pelo Banco Mundial que trouxe resultados extremamente satisfatórios.

Na seqüência foram investigados os projetos de educação previdenciária, aprovados para os participantes das entidades fechadas de previdência complementar, também chamados de fundos de pensão, em todo Brasil. Trata-se de iniciativa de tal segmento de previdência complementar fechada no país e visa levar educação previdenciária ao público adulto que participa de tal setor, que em sua totalidade soma 6,6 milhões de pessoas.

Por fim, fez-se uma busca acerca das propostas de institucionalização da educação financeira na esfera federal, bem como em alguns Estados e Municípios do país. Com essa pesquisa pretende-se também divulgar as iniciativas isoladas em cada unidade federativa, a fim de que sejam tão logo aprovadas para iniciar desde logo a conscientização da sociedade, visto que se trata de empreitada que trará resultados no médio e longo prazo.

O texto está estruturado em duas partes. A primeira o Memorial destacando minha trajetória de aprendizagens dentro e fora da escola a trilhar um caminho que objetiva o título de pedagoga.

Na segunda apresenta-se o período de bônus demográfico atual, a visão dos teóricos sobre a necessidade de inclusão da educação financeira nas escolas, bem como à luz das diretrizes da OCDE, a trajetória de concepção, desenvolvimento e

implantação da ENEF, foi analisado o projeto piloto desenvolvido no âmbito da implantação da ENEF nas escolas, bem como a avaliação de seu impacto medida pelo Banco Mundial, foram analisados ainda os projetos de educação financeira e previdenciária no âmbito da previdência complementar fechada, por fim, foi efetuada pesquisa das propostas de projetos de lei de iniciativa do poder legislativo federal, bem como de alguns Estados e Municípios que visam tornar obrigatório o ensino da educação financeira nas escolas, aumentando significativamente as chances de sucesso dessa iniciativa pioneira e prioritária que é a ENEF.

Por fim, são realizadas as considerações finais elaboradas a partir do estudo de caso aqui realizado, com a lucidez dos autores e subsídios dos agentes pesquisados.

PRIMEIRA PARTE

MEMORIAL

Uma das recordações que me vem primeiro a mente quando penso em minha trajetória acadêmica está relacionada a um fato que aconteceu antes mesmo de ingressar na vida escolar. Numa ocasião de final de ano letivo, fui com minha mãe e irmão velho, a uma festa de fechamento do ano letivo da classe em que ele estudava. Lembro que fiquei encantada com o ambiente da escola, todos aquelas crianças correndo de um lado para o outro, sorrindo e interagindo. Logo disse à minha mãe que queria ir para a escola, estudar e participar daquele ambiente que trazia tantas expectativas de momentos de aprendizados.

No ano seguinte comecei minha vida acadêmica, que foi toda cursada em escolas públicas, iniciando com um ano de alfabetização, que era o chamado “prezinho”. Estava ingressando num mundo novo, tinha um cuidado enorme com tudo que estava relacionado à escola, os materiais, o uniforme, os deveres, os livros, etc. No começo era tudo diversão, porém com o passar das aulas o professor foi iniciando propriamente os mecanismos de alfabetização. Todos ganharam cartilhas que iniciavam com a letra “a” e iam até o final do alfabeto. O ano letivo foi passando e os desafios foram sendo ultrapassados, descobri recentemente algo que tinha há muito esquecido: fui alfabetizada com o método A Casinha Feliz, falarei mais adiante acerca dessa descoberta.

Modestamente terminei o ano letivo como uma das melhores alunas da turma, foi o primeiro de muitos destaques na escola. Não havia nenhuma cobrança para que eu me destacasse na escola, simplesmente, não sei de que forma, comecei a pensar que seria melhor fazer tudo de forma correta. Minha mãe sempre foi muito rígida, com os assuntos de casa, imagino que de alguma forma não queria preocupá-la com mais esse assunto. Creio que fazia parte do meu inconsciente me avisando que somente com investimento nos estudos teria alguma possibilidade de ampliar meus horizontes, e mudar a minha realidade e da minha família.

Ingressando na Primeira Série cursei cada uma no período de um ano somente, não tendo ocorrido nenhuma recuperação ou dependência em nenhuma

matéria, também não tive reprovação de série. Da alfabetização à quarta série estudei em uma escola, com o ingresso na quinta série precisei mudar de escola, pois aquela não oferecia da quinta série em diante. Fomos todos para uma escola maior e diferente, com muitas pessoas novas e desconhecidas, o que trazia mais perspectivas de mudança. Esses “todos fomos” a que me referi diz respeito ao grupo que formávamos: os vizinhos, primos e irmãos, que sempre juntos cursamos todos os anos naquela antiga escola. Sempre íamos e voltávamos juntos, foi um período de grandes amizades e companheirismo que não se repetiu na nova escola, acredito que porque essa era grande e com muitas pessoas, daí fomos enviados para classes diferentes. Também estávamos ingressando na adolescência e com focos distintos, o que nos separou.

Nessa nova escola cursei da quinta série até o segundo ano do ensino médio. Com a chegada ao primeiro ano do ensino médio, queria antes de tudo começar a fazer estágios, pois sabia que era uma ótima forma de iniciar a experiência numa carreira profissional. Porém, precisei esperar até que começasse o segundo ano, por exigência legal, quando este começou investi na procura de estágios. Logo consegui uma vaga no Banco Regional de Brasília - BRB. Durante minha atuação no BRB pude aprender muito sobre a vida financeira, conhecimento que carrego desde então, e sempre me auxiliou nas tomadas de decisão. Como o horário do estágio era no meio do dia, precisei alterar meu turno de aula para a noite. O final do segundo ano foi de certa forma conturbado, pois a escola não oferecia o suporte adequado para os alunos do turno noturno.

Depois de finalizado o segundo ano, decidi que não queria me formar e obter um diploma naquela escola, imaginando que não seria bom para minha formação e que seria vista com olhos ruins. Não tive o apoio de minha família para fazer essa mudança, pois implicava em estudar numa escola muito mais longe de casa, para a qual deveria pegar ônibus, e tendo em vista o horário do estágio, chegaria muito tarde da noite em casa. Mesmo sem o apoio dos meus pais, consegui que uma amiga maior de idade fizesse minha matrícula nessa outra escola. Esta escola era muito maior, tinha biblioteca, ginásio, piscina, bons professores e me trazia novas e ansiosas expectativas para aquele que seria meu último ano do ensino médio. Com essa mudança de escolha mudei também de instituição fui estagiar no Banco do Brasil - BB. Nesta instituição tive contato com muitas pessoas importantes, que

tomavam decisões que abrangiam todo o país, comecei então a me interessar mais ainda pelos assuntos do Banco do Brasil, e sempre que era solicitada estava pronta a colaborar com alguma tarefa.

O ano letivo estava chegando ao fim e com isso eu precisava conseguir um emprego, pois o estágio também estava terminando. Com esse posicionamento de trabalhar com afinco e responsabilidade, me destaquei nessa instituição e um dos colegas de trabalho, que veio a se tornar um amigo posteriormente, me indicou para trabalhar numa secretaria do Ministério da Previdência Social. Com muita esperança fiz a entrevista e semanas depois fui admitia para desempenhar a função de secretária de uma diretoria da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Este órgão atuava na fiscalização da previdência complementar fechada que atua no país inteiro, são os chamados Fundos de Pensão. Tal secretaria foi substituída no ano de 2009 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia de natureza especial que desempenha desde então a missão de fiscalizar o sistema de previdência complementar fechado brasileiro.

Consegui o tão sonhado emprego que tinha uma remuneração boa e ainda a possibilidade de aprender acerca de um mercado de extrema importância para o país e com grande carência de profissionais com conhecimento para nele atuar. Consegui me formar na escola que queria, uma escola na qual a qualidade do ensino era garantida mesmo para os alunos que estudavam no turno noturno. Os professores eram os mesmos que lecionavam nas melhores escolas particulares da cidade e os alunos conseguiam escapar, de certa forma, da discriminação de estudar à noite e de não ter uma formação sólida com condições de competir no mesmo nível que os demais. Não consegui participar da formatura do ensino médio, pois não dispunha de recursos financeiros para tanto, tal fato muito me entristeceu, porém, por outro lado coisas ruins como essa sempre me motivaram a tentar superar as adversidades e buscar melhoras.

Com o passar do tempo de atuação na SPC, fui incentivada a começar um curso superior, considerando o cargo que ocupava, não poderia continuar nele por muito tempo sem que ao menos iniciasse uma graduação. Como trabalhava o dia todo e não dispunha de tempo para estudar para o vestibular da Universidade de Brasília - UnB uma instituição federal, gratuita e de boa qualidade, optei pelo curso

de letras português/inglês numa faculdade particular acessível ao meu orçamento, noturna e à distância. A escolha do curso não teve nenhuma razão especial, era um dos cursos disponíveis à noite que mais me chamou atenção. Não tinha a intenção de ser professora, me interessava somente pelo curso superior. A sede da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC fica em Salvador/BA, porem tínhamos aula em Brasília uma vez por semana. A aula era transmitida via satélite, era como sentar e assistir televisão. Apesar disso tinha bastante rigor como o ambiente de aprendizado via internet, que contava com tarefas, provas e seminários, estes eram apresentados na sala de aula que ficava em Brasília. Cursei um semestre na FTC e no início do segundo semestre, por influência de uma amiga, fiz a inscrição no vestibular da UnB. Na ocasião optei por tentar passar para o curso de Pedagogia devido à concorrência ser baixa, a nota de corte ser menor do que os demais cursos e por fim, por ter oferta para estudo noturno. Da mesma forma que na faculdade anterior, não programei escolher um curso para atuar como professora nas séries iniciais. Tal fato possui uma particularidade, a de que meu pai sempre quis que fosse professora, e eu sempre negava dizendo que teria uma profissão que fosse mais respeitada e melhor remunerada. Acabei, mesmo sem planejar, ingressando na formação que meu pai sonhou e isso o fez feliz.

No dia do exame vestibular estava cansada com a semana de trabalho e a faculdade como sempre. Fiz as provas sem problemas, pois nesse dia eram avaliadas as matérias da área de humanas, com as quais eu tenho mais afinidade. No segundo dia estava quase desistindo de ir fazer a prova, pois a família estava celebrando o dia das mães, e o local de provas era muito longe de casa, ainda por cima se tratava de matérias que não sabia muito e nem tinha tido oportunidade de estudar. Apesar de todos esses percalços, levantei e fui fazer o segundo e último dia de exames. Li toda a prova e marquei somente as questões que tinha absoluta certeza da resposta. Dessa forma, passada exata uma hora do começo do exame, de duração entreguei a prova e fui embora sem pretensão alguma de aprovação.

Como não tinha levado o caderno de provas com as respostas relativas ao segundo dia de exames, não me preocupei em saber quando seriam divulgados os gabaritos. Minha rotina de trabalho e estudos seguiu seu curso normal, quando numa noite recebo uma mensagem de parabéns pela conquista, pois merecia estudar na UnB. Era a amiga que me tinha incentivado a fazer a prova, ela que

também havia prestado o vestibular da UnB, todavia para outro curso: medicina, para o qual não conseguiu aprovação. Na hora não acreditei no que estava escrito na mensagem. Todavia, no dia seguinte quando cheguei ao trabalho fui avisada de que tinha passado no vestibular da universidade mais concorrida e desejada de Brasília. Depois de passada toda euforia de amigos e familiares, abandonei o curso na FTC e ingressei de vez na UnB, num curso que, de modo geral, a sociedade enxerga como formador de professores, e confesso, essa também era minha visão até ingressar na UnB.

Mesmo ingressando na UnB, sempre vinha em primeiro lugar o meu trabalho, e em segundo , meu curso. Assim podia cursar somente disciplinas noturnas, com o segundo semestre abriu-se a possibilidade de ter aulas também aos sábados, à qual tive de aderir, pois planejava me formar no mais curto espaço de tempo para poder prestar concursos que exigiam nível superior. Ao iniciar o curso essa era minha maior meta, como antes, não pensava em ser professora, frustrando os planos do meu pai. Porém, com o decorrer do curso pude conhecer acerca dos diversos ambientes em que o pedagogo pode atuar, sem que precise estar necessariamente em sala de aula. De posse dessa informação, direcionei meu percurso nas disciplinas optativas e de módulo livre para conhecer os diversos espaços de atuação do profissional de pedagogia em ambientes não escolares, como a pedagogia nas empresas, na qual programei meu projeto 03 (três). Os embates com os defensores da pedagogia em sala de aula foram sempre acalorados nas discussões durante as aulas, e ficava sempre uma pequena parcela de alunos que pensavam como eu, defendendo o ingresso do pedagogo nas empresas, nos hospitais, nos órgãos públicos, etc.

Conforme prometido falarei um pouco sobre a descoberta de que fui alfabetizada pelo método A Casinha Feliz. Na disciplina Processos de Alfabetização ministrada pela Professora Alexandra Rodrigues, precisamos optar pelo tema de um seminário, e por acaso me vi pesquisando acerca do método de alfabetização “A Casinha Feliz”, criado por Iracema Furtado Soares de Meireles. O Método Iracema Meireles, como também é chamado, tem como ponto de partida o fonema. Neste método, as letras aparecem associadas a figuras do universo do aluno. Essas figuras servem para desencadear um processo de associação que facilita a descoberta das correspondências grafema-fonema. O aspecto lúdico deste método

cria uma ligação afetiva forte entre alunos e letras, o que torna a aprendizagem muito rápida. Ao contrário dos outros métodos, este não exige esforço de memória porque as figuras-fonema funcionam como uma chave para ajudar na decifração do código da língua escrita. O processo de pesquisa e elaboração do seminário foi de singular importância, pois fez com que relembrasse com saudosismo do início da minha trajetória acadêmica.

Por fim, uma das justificativas que me levaram a delimitar o estudo da ENEF veio da junção do meu trabalho com a vontade de aprender mais e divulgar a atuação do pedagogo dentro das empresas, bem como proporcionar a sociedade brasileira um estudo acerca das percepções que os indivíduos têm sobre o dinheiro e suas representações, visando contribuir para a questão da inclusão da educação financeira e previdenciária nas escolas, nas empresas e nos lares brasileiros.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1 – BÔNUS DEMOGRÁFICO, AUMENTO DA ESCOLARIDADE E DA RENDA, PONTOS FAVORÁVEIS À ENEF

Bônus demográfico é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças.

Em síntese, trata-se de um período no qual a população economicamente ativa supera largamente a de dependentes, composta por idosos e crianças. Segundo especialistas, é uma condição propícia ao desenvolvimento de uma economia e o Brasil atravessa um período de bônus demográfico que não pode ser desperdiçado, para tanto se propõe a ENEF educando a população para saber aproveitar essa janela de grandes possibilidades de crescimento.

Durante os anos de 1950 e 1980 a economia brasileira cresceu, em números redondos, a uma média de 7%, enquanto a população cresceu 2,8% ao ano. A renda per capita cresceu 4,2% ao ano. Esses trinta anos marcaram o melhor período de crescimento de toda a história brasileira.

No entanto, precisamos considerar que o Brasil partiu de uma base muito baixa e contou com uma grande transformação em decorrência da passagem de uma sociedade rural e agrária para uma sociedade urbana e industrial.

Os deslocamentos da população do campo para as cidades e a importação de tecnologias modernas possibilitaram um grande salto do PIB e da produtividade do trabalho, a despeito da crescente desigualdade na distribuição da renda.

As duas décadas seguintes (1980 a 2000) foram marcadas, em grande parte, por crises econômicas, alta inflação, perda de dinamismo social e por um agravamento da violência e da insegurança.

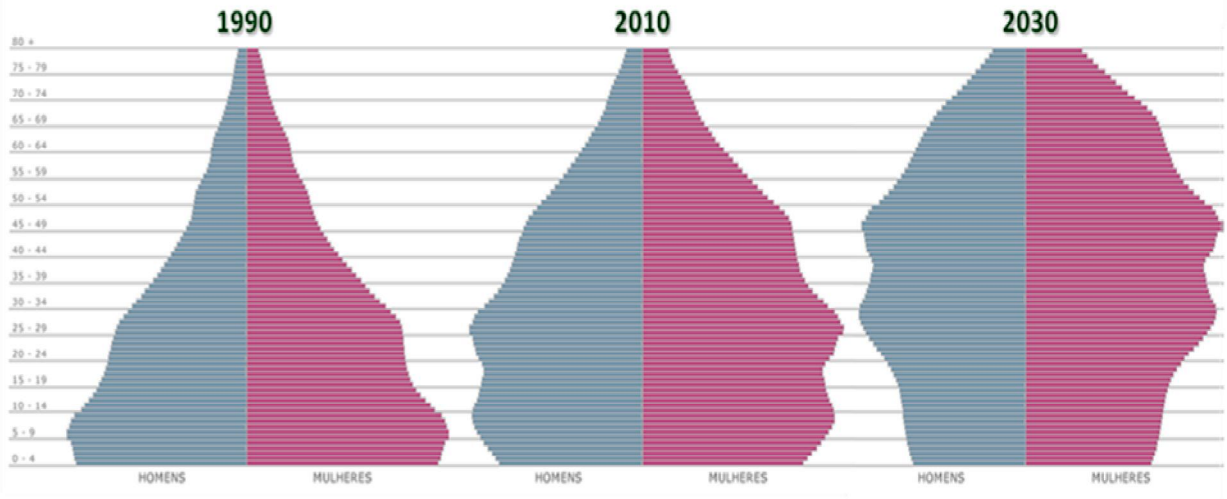
Os três primeiros anos do século XXI não foram muito alvissareiros. A economia brasileira apresentou baixo crescimento econômico entre 2001 e 2003 e

nem a mudança de governo e a ampliação da democracia no país foram mudaram o humor e a confiança.

Todavia, o ano de 2004 voltou a apresentar números positivos, com o conseqüente crescimento da consciência de que o país não está condenado ao fracasso caso adote políticas econômicas e sociais corretas, dentre as quais se destaca a ENEF.

Nesse sentido, a situação atual da população brasileira, conforme projeções abaixo, pode ser o diferencial para a retomada do desenvolvimento no atual momento de bônus demográfico.

Figura 1. Gráfico 1: Projeção da população até 2030



Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm, acesso em 29 de agosto de 2011.

A seguir veremos alguns fatores que contribuíram para que esse momento se concretizasse.

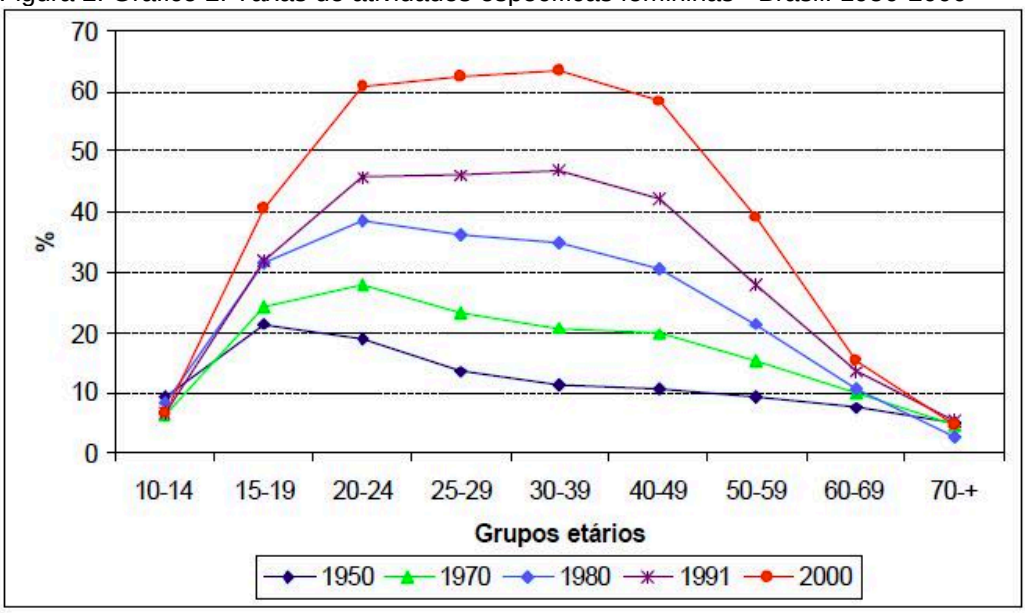
1.1 – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Pudemos observar que a mulher foi peça fundamental deste crescimento, considerando que nas décadas passadas elas eram do lar e agora se tornaram economicamente ativas. Segundo estudo do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, do IBGE, a taxa de atividade total das mulheres com mais de 10 anos subiu de 13,6% da PEA em 1950 para 26,9% em 1980 e 44,1% em 2000, estando atualmente em mais de 60%, com tendência de crescimento.

Apesar das diferenças metodológicas existente entre os diversos censos é inquestionável o aumento contínuo da participação feminina na PEA. O gráfico 2 mostra as taxas específicas de atividade para o período (por falta de desagregação adequada omitiu-se os dados do censo de 1960).

Observa-se o um aumento persistente da inserção das gerações mais novas, fazendo com que as mulheres com idades entre 20 e 50 anos tenham taxas de atividade superiores a 60%. Os dados abaixo sugerem que uma percentagem ainda maior de mulheres devem entrar e permanecer na PEA nas próximas três décadas.

Figura 2. Gráfico 2: Taxas de atividades específicas femininas - Brasil: 1950-2000



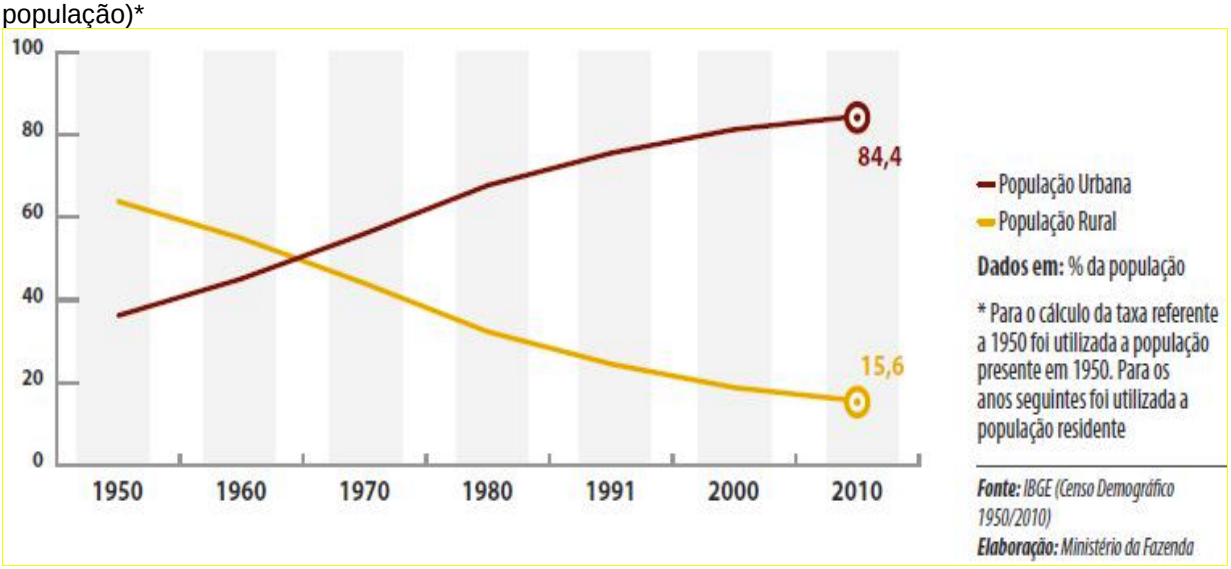
Fonte: censos demográficos do IBGE

1.2 – URBANIZAÇÃO

Atenhamo-nos a outro fator relevante que contribuiu diretamente para o atual bônus demográfico foi a taxa de urbanização, que nos mostra que em média, 50% das pessoas viviam nas cidades e esse número passará para mais de 87% nas próximas décadas.

Nessa mesma linha, os resultados do Censo Demográfico de 2010 mostraram que continua o processo de urbanização do Brasil, conforme o gráfico 3 abaixo. Desde meados da década de 1960, a população urbana superou a população rural. Esse processo de urbanização foi acompanhado da melhoria de vários indicadores, tais como a queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida.

Figura 3. Gráfico 3: Proporção da População Residente, por Situação de Domicílio 1950/2010 (% da população)*



Fonte: Economia Brasileira em Perspectiva, Ministério da Fazenda, 13ª Edição, Ago-Out/2011, disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Ago-Out11.pdf.

1.3 – TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

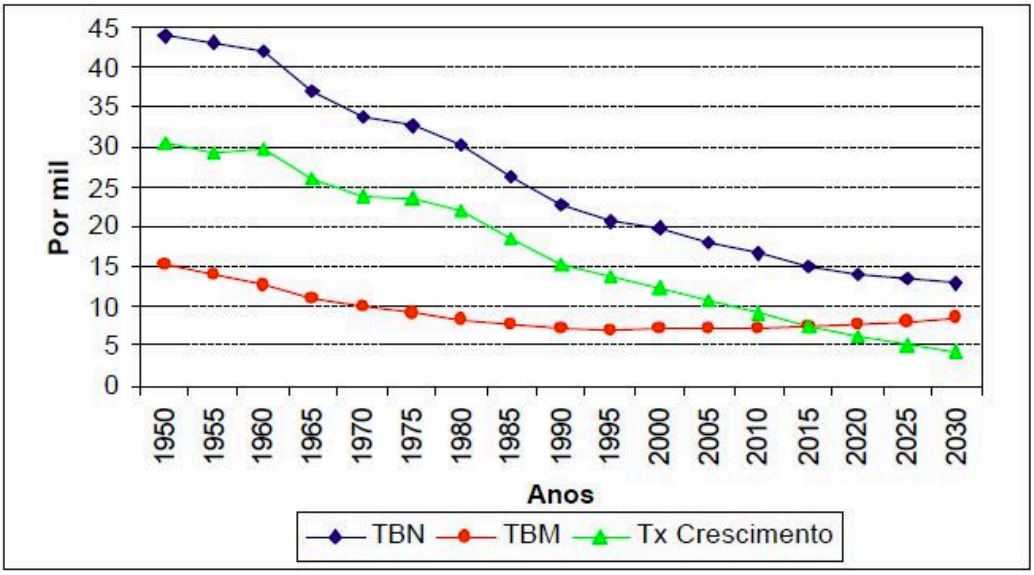
A partir de agora trataremos da transição que a maioria dos países desenvolvidos já viveu e é vivida hoje no Brasil, refletida no envelhecimento de sua população, resultante da queda na fecundidade e de aumento da longevidade.

O período de crescimento econômico de 1950 a 1980, marcado pela urbanização, monetarização e industrialização do país, lançou as bases da transição demográfica, isto é, a redução das taxas brutas de mortalidade (TBM) e natalidade (TBN).

Como as taxas de mortalidade caíram primeiro e em ritmo mais rápido do que as taxas de natalidade, houve uma aceleração do crescimento populacional em relação a todos os períodos anteriores.

Nas décadas de 1950 e 1960 a população cresceu aproximadamente 3% ao ano. Mesmo com a desaceleração do crescimento demográfico a partir da segunda metade dos anos 60, as três décadas que cobrem o período de 1950 a 1980 foram marcadas pelo maior crescimento demográfico de toda a história brasileira, apresentando uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano.

Figura 4. Gráfico 4: Transição demográfica no Brasil: 1950-2030



Fonte: ONU – http://esa.un.org/unpp - acesso em 02 de dezembro de 2011

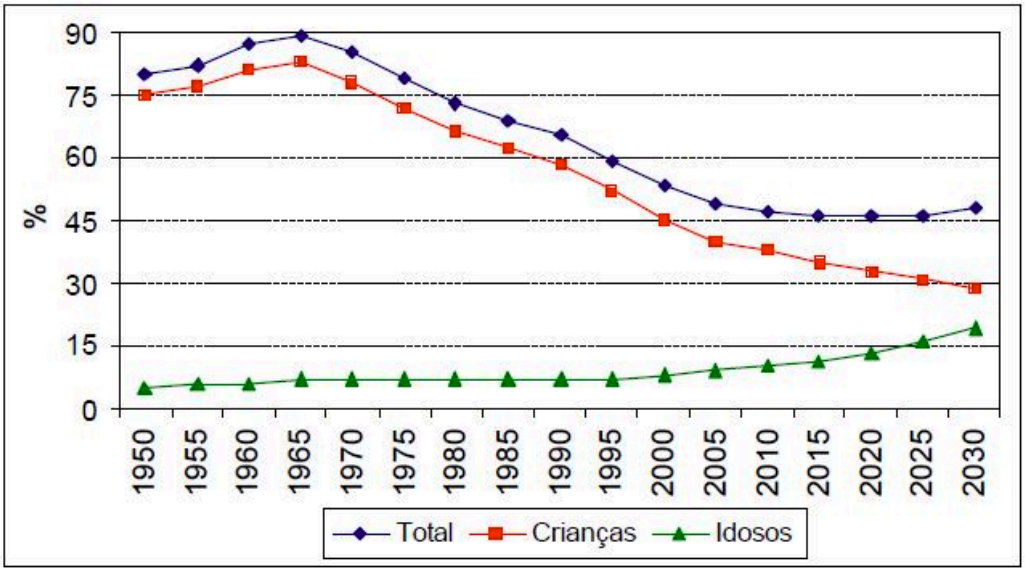
Nota-se que o Brasil está no meio do processo da transição demográfica. Nos próximos 30 anos as taxas brutas de mortalidade vão ficar praticamente estáveis, enquanto as taxas brutas de natalidade vão continuar caindo, o que vai reduzir o ritmo de crescimento vegetativo da população.

Estima-se que a taxa de crescimento demográfico brasileiro fique, em média, 0,8% no período 2000-2030 e chegue a 0,4% em 2030. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, do IBGE, mostram que as taxas de fecundidade (número de filhos por mulher) continuam caindo e chegou ao nível de reposição em 2003.

1.3.1 – Dependência demográfica

Falemos de outro fator que colaborou para o atual bônus demográfico e uma das conseqüências da transição demográfica, trata-se da alteração da estrutura etária da população reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, em primeiro lugar, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos. Desta forma, o primeiro efeito da transição demográfica é reduzir as taxas de dependência demográfica, como mostra o gráfico 5.

Figura 5. Gráfico 5: Taxas de dependência demográfica no Brasil: 1950-2030



Fonte: ONU – http://esa.un.org/unpp - acesso em 02 de dezembro de 2011

Nota-se que entre 1950 e 1965 as taxas de dependência chegavam a 90 pessoas "dependentes" para cada 100 pessoas em idade produtiva. Com a queda da fecundidade a taxa de dependência foi se reduzindo e deve permanecer em seu valor mais baixo entre 2015 e 2025. Observa-se que a taxa de dependência de crianças (0 a 14 anos) continua caindo persistentemente, compensando a elevação da dependência dos idosos (65 anos e mais). Somente a partir de 2025 a taxas de dependência voltarão a se elevar no Brasil.

Se compararmos os dois períodos em questão, veremos que o número de dependentes para cada 100 pessoas em idade de trabalhar era, em média, de 82 pessoas em 1950-1980, caindo para 47, em média, no período 2000-2030. Isto significa que a "carga econômica" da dependência demográfica é bastante menor nesse início do século XXI, do que qualquer outro momento da história brasileira.

A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, e condição bastante favorável para que os resultados apresentados na avaliação do Banco Mundial ao projeto piloto desenvolvido nas escolas no âmbito da ENEF, sejam potencializados a níveis altamente satisfatórios.

1.3.2 – Diminuição da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida

Veremos mais um conjunto de fatores que contribuiu para a transição demográfica por que passa o Brasil. Com a crescente urbanização do país e a expansão da indústria e da área de serviços, um número cada vez maior de mulheres passou a trabalhar fora de casa, sendo incluídas na População Economicamente Ativa (PEA).

As contingências do trabalho e da vida urbana, bem como os novos métodos anticoncepcionais, contribuíram decisivamente para o declínio da taxa de fecundidade.

Assim sendo, a taxa de natalidade brasileira atual já é muito semelhante à dos países industrializados. Segundo a OCDE, a taxa de fertilidade da mulher brasileira é hoje de 1,8 filho, em média, índice bastante próximo ao dos países ricos (1,7 filho por mulher).

É importante notar que o crescimento demográfico no Brasil diminuiu sem medidas coercitivas do governo, como as em vigor na China, onde a taxa de fertilidade caiu para 1,5 filho por mulher em razão de uma legislação inaceitável nos países democráticos.

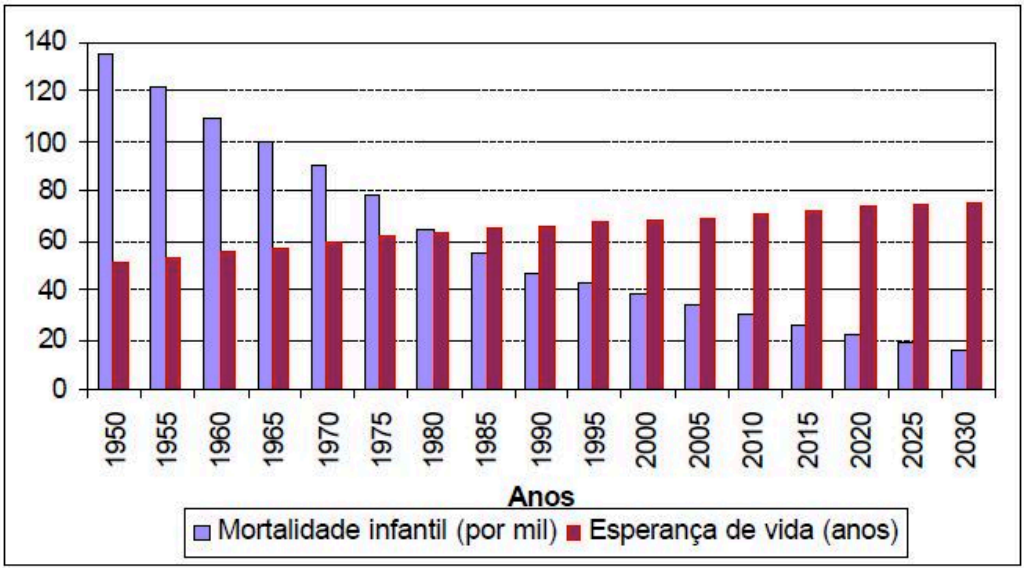
Sem dúvida, a alta taxa de natalidade, característica dos países mais pobres, agrava os problemas sociais e, sob esse ponto de vista, o Brasil avançou muito em relação ao período de 1950/80, quando a população acusava uma taxa de crescimento de 2,8% por ano, em média.

O mesmo não se pode dizer da Índia, cuja taxa de fecundidade ainda é de 2,7 filhos por mulher. No grupo dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil também está em situação mais favorável do que a Rússia, que registra uma taxa de natalidade negativa de 0,6, ou seja, muito abaixo do nível de reposição, tornando mais graves os problemas de envelhecimento da população.

O gráfico 6 nos mostra que houve uma redução significativa nas taxas de mortalidade infantil e um aumento significativo na esperança de vida ao nascer do brasileiro. Em 1950, cerca de 140 crianças morriam por ano antes de completar um

ano de vida. A mortalidade infantil caiu para 60 por mil em 1980, cerca de 30 por mil em 2000 e deve ficar abaixo de 10 por mil após 2020.

Figura 6. Gráfico 6: Taxas de mortalidade infantil (por mil) e esperança de vida ao nascer (em anos)



Fonte: ONU – http://esa.un.org/unpp - acesso em 02 de dezembro de 2011

Já a esperança de vida ao nascer seguiu, naturalmente, o caminho inverso, pois estava em 50 anos em 1950, passou para 63 anos em 1980, chegou a cerca de 70 anos no ano 2000 e deve ultrapassar 77 anos em 2030.

Percebemos que no Brasil, como em outras regiões do mundo, o trabalho doméstico e a criação dos filhos são responsabilidades prioritariamente femininas. Assim, a queda da fecundidade representa uma menor carga de trabalho doméstico para as mulheres. Dessa forma, menores taxas de mortalidade infantil e maiores níveis de esperança de vida significam, além de melhores condições de vida, maior disponibilidade de pessoas aptas a contribuírem com o desenvolvimento econômico e social do país.

Nessa mesma temática temos o envelhecimento da população brasileira, visto que em 1950, as crianças e os idosos, juntos, representavam 44,6% da população brasileira. Os adultos (pessoas entre 15 e 60 anos) eram 55,4%. Em 2010, a proporção é de 32,4% e 67,6%, respectivamente.

Da mesma forma, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2007), revelou que a população com 40 anos ou mais cresceu expressivamente (4,2%) em relação a 2006, e a mais jovem, de 0 a 14 anos, reduziu de 0,7% no mesmo período.

Os dados pesquisados permitem-nos inferir que o envelhecimento da população brasileira estará consolidado ainda na década de 2030, quando a população iniciaria uma trajetória de declínio de seu efetivo absoluto.

Mantida a tendência de redução no ritmo de crescimento populacional observada nos últimos anos, especialmente se comparada com o ritmo observado entre 1950 e 2000, quando o número de brasileiros passou de 52 para 170 milhões de habitantes, mais que o triplo, a estimativa do IBGE é que o Brasil alcance os 200 milhões de pessoas em 2014. Em 2062, estima-se o máximo de 264 milhões de habitantes.

As rápidas transformações no perfil demográfico do Brasil em direção a uma população bastante envelhecida faz-nos crer que devem ser acompanhadas por medidas que promovam o bem-estar da sociedade, que logo estará frente a situações pouco comuns até um passado recente, destacando-se o convívio de várias gerações dentro de um mesmo grupo familiar, proporcionando enriquecedoras transferências intergeracionais.

Face a este novo cenário, também o mobiliário urbano, as edificações públicas, privadas e para fins de moradia, os meios de transporte público, os conteúdos das disciplinas associadas à área médica, o próprio mercado de trabalho, os sistemas público e privado de saúde, bem como a previdência e a assistência social deverão passar por reestruturações para assegurar a inclusão, na família, na cidade e na sociedade de modo geral, de um contingente a cada dia mais volumoso de idosos.

O auge do bônus demográfico deve ocorrer por volta de 2020, quando a proporção de adultos deve alcançar 70,4% do total. Dessa forma, a quantidade de adultos na população brasileira será muito maior do que a de crianças e idosos.

Essa quantidade maior de pessoas em idade produtiva é a grande esperança e possibilidade de crescimento do país nos próximos anos, e por esse motivo se fez constar na presente pesquisa, considerando que esses indivíduos podem ser os responsáveis pelo aumento na poupança brasileira, caso ponham em prática os ensinamentos da ENEF.

Desde já, todas as atenções devem estar voltadas para as devidas adequações nas políticas sociais específicas para a população idosa, e o caminho para chegarmos a esse futuro que se avizinha pode ser melhorado com o auxílio da educação financeira proposta pela ENEF.

1.4 – AUMENTO DA RENDA E DA CLASSE MÉDIA

Tratemos de um dos fatores que anda ao lado do atual bônus demográfico, são as políticas econômicas e sociais postas em prática nos últimos anos que contribuíram para que o desenvolvimento se direcionasse tanto para o crescimento do PIB quanto para modificação da composição e da distribuição da renda da sociedade.

Segundo dados do IBGE, a classe média brasileira (classe C) correspondia a 47% da população em 2007, ante 32% em 2002. Em números absolutos, de 2005 a 2007, ou seja, em apenas dois anos, cerca de 23,5 milhões de pessoas passaram a integrar essa classe, tornando-a a maior entre aquelas que formam a pirâmide social brasileira: cerca de 86 milhões de pessoas. Assim, considerando-se ainda os 28 milhões que constituem as classes A e B, existem 114 milhões de consumidores, de média e alta renda no Brasil.

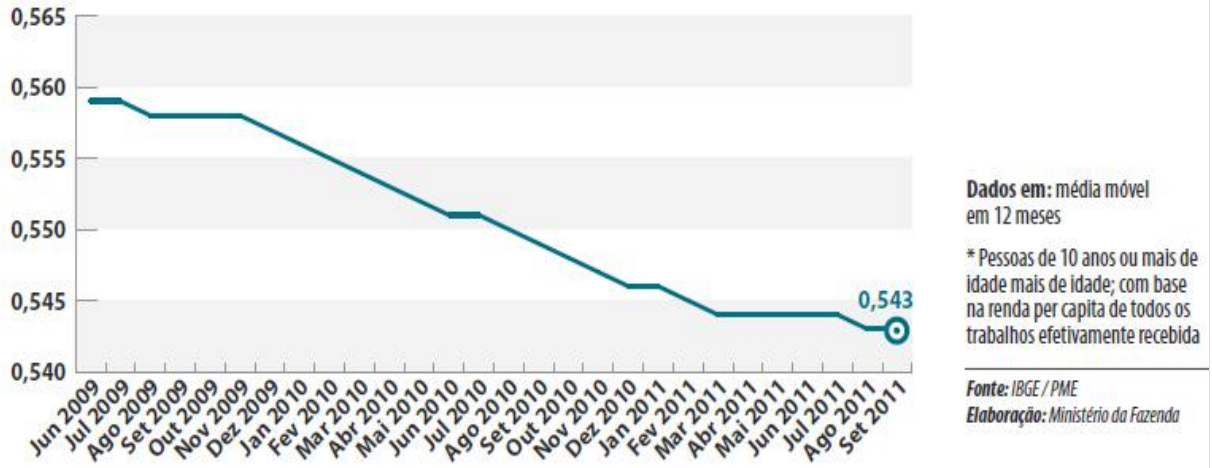
Tal deslocamento de renda ocorreu de forma simultânea à redução da pobreza extrema, assim definida como aquela situação em que o indivíduo percebe renda inferior a um dólar por dia. Entre 1992 e 2007, a parcela de pobres em situação de extremada carência caiu de 11,73% para 4,94% da população, o que representa encolhimento de quase 60% em quinze anos.

Ao mesmo tempo, a desigualdade na distribuição da renda no Brasil, tradicionalmente elevada, sofreu mudanças significativas, contrastando com a estagnação das décadas de 70 e 90. Entre 1993 e 2007, o índice de Gini que mede o grau de disparidade na renda foi reduzido de 0,604 para 0,556, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), representando migração da riqueza entre os brasileiros.

O citado índice, caiu continuamente nos últimos anos, como mostra o gráfico 7. A explicação vem da redução da desigualdade na renda do trabalho e da política

de valorização do salário mínimo, ao lado dos programas de transferência de renda. Com base na renda do trabalho (cerca de 75% da renda total das famílias), o Coeficiente de Gini está em 0,543, contra cerca de 0,56 em meados de 2009.

Figura 7. Gráfico 7: Coeficiente de Gini (média móvel em 12 meses)



Fonte: Economia Brasileira em Perspectiva, Ministério da Fazenda, 13ª Edição, Ago-Out/2011, disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Ago-Out11.pdf.

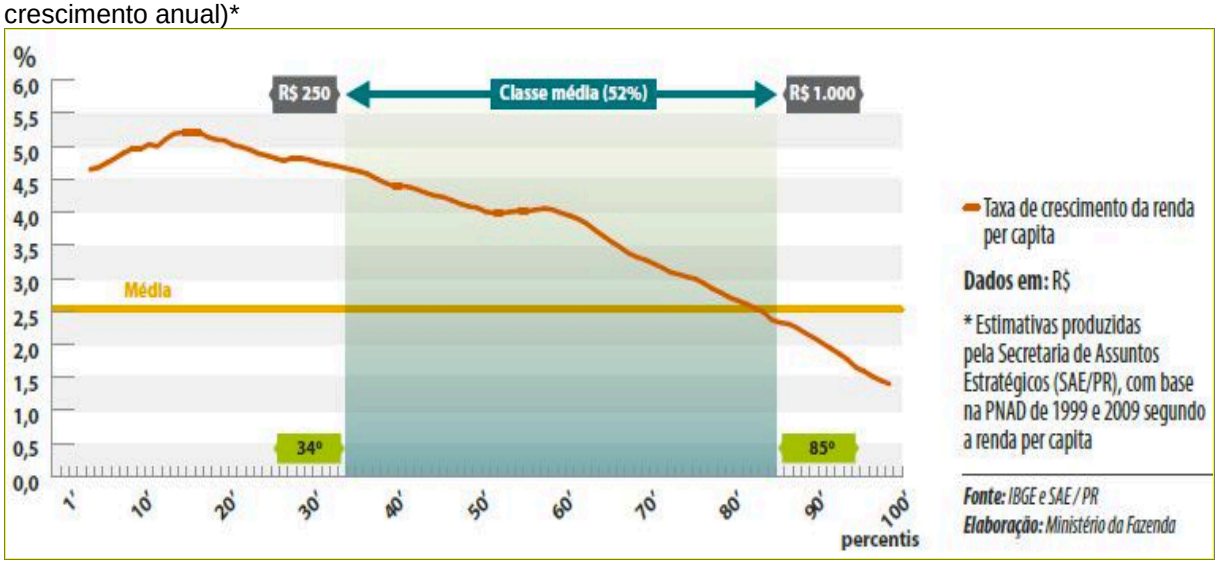
Outro estudo do IPEA evidenciou que 47% do declínio recente na desigualdade se deve à melhor distribuição da renda do trabalho, ou seja, menos disparidade salarial, em parte explicada pelo crescimento econômico com a criação de empregos no setor formal da economia.

Na área social, este estudo aponta os programas de combate à pobreza, como os de transferência condicionada, explicariam 35% da redução observada na disparidade da renda. Outros fatores, como melhor qualificação dos trabalhadores, respondem por 18% dos resultados obtidos.

Ao longo da última década, a taxa de crescimento na renda per capita dos 10% mais pobres foi quase quatro vezes a taxa de crescimento entre os 10% mais ricos. Enquanto a renda per capita dos mais pobres crescia a 5,1% ao ano, entre os mais ricos a taxa de crescimento era de 1,3% ao ano.

Desde 2003, devido à melhor distribuição de renda, a nova classe média brasileira incorporou 29 milhões de pessoas, respondendo por 52% do total da população.

Figura 8. Gráfico 8: Distribuição da população baseada na Renda per capita (percentis, taxa de crescimento anual)*



Fonte: Economia Brasileira em Perspectiva, Ministério da Fazenda, 13ª Edição, Ago-Out/2011, disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Ago-Out11.pdf.

Se o país souber aproveitá-lo, esse bônus demográfico deve permitir que a renda per capita do brasileiro aumente 2,5% ao ano entre 2010 e 2050, segundo as projeções dos especialistas. Essa ótima perspectiva traz uma singular oportunidade de aumentar os investimentos no futuro com a disseminação da cultura de poupança não só para a aposentadoria, mas para o futuro de modo geral.

1.5 – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE

Este é um importante fator que contribuirá sobremaneira com a disseminação da ENEF, pois a educação, tendo como uma de suas formas de atuação mais importantes a escolarização, é um fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades ao permitir o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como previsto na Constituição de 1988.

Quando disseminada de forma universal e com boa qualidade, a educação é um dos mais importantes mecanismos para a promoção de oportunidades entre membros de um país. É também um fator fundamental para o progresso de uma coletividade e fator preponderante no desenvolvimento econômico e social que são alguns dos pilares nos quais se sustenta a estratégia objeto do presente estudo.

Veremos na seqüência alguns fatores que colaboraram para que o Brasil alcançasse o patamar educacional atual, e que certamente serão aliados da ENEF na disseminação da educação financeira.

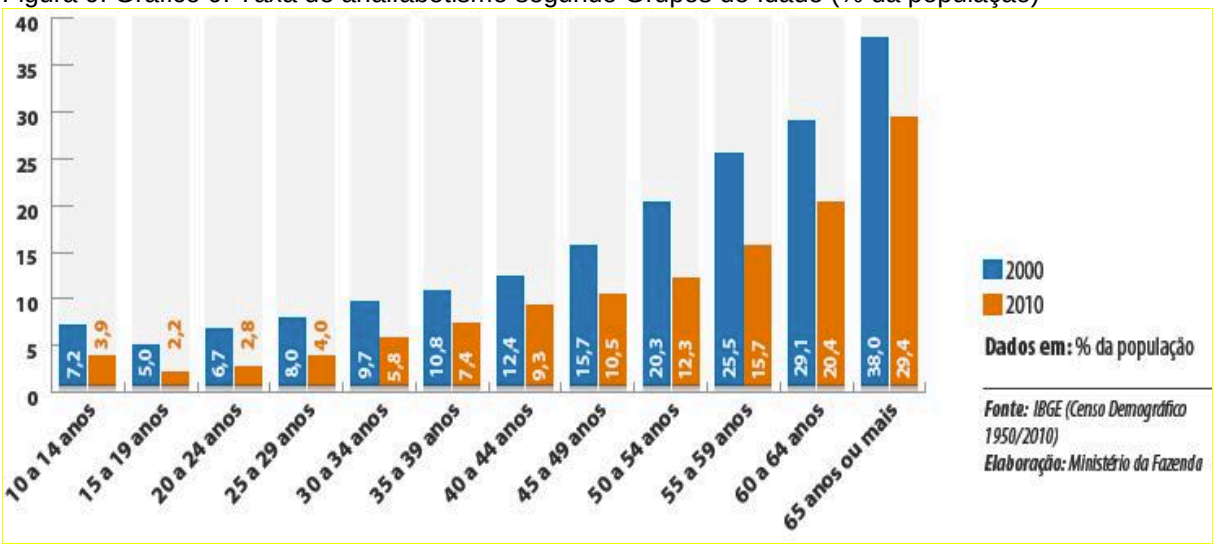
1.5.1 – Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional

Infelizmente, no Brasil, o analfabetismo ainda é um dos grandes problemas sociais que devem ser enfrentados para construção da cidadania plena. Segundo definição internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar como anda esse problema social, é necessário conhecer quem são, quantos são e onde estão os analfabetos.

Segundo dados do IBGE, na última década do século XX, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade caiu de 20,1% para 13,6 %. Essa queda continua sendo percebida ao longo dos primeiros anos do século XXI, chegando a 11,8% em 2002. No entanto, apesar dessa redução, o país ainda tem um total de 14,6 milhões de pessoas analfabetas.

Mais recentemente, os dados do Censo Demográfico 2010 mostram que, na última década, a taxa de analfabetismo caiu em todos os grupos de idade. Essa queda foi mais acentuada entre os mais jovens, diminuindo de 7,2% para 3,9% para a população entre 10 e 14 anos, e de 5,0% para 2,2% para a faixa dos 15 a 19 anos, como nos mostra o gráfico 9.

Figura 9. Gráfico 9: Taxa de analfabetismo segundo Grupos de Idade (% da população)



Fonte: Economia Brasileira em Perspectiva, Ministério da Fazenda, 13ª Edição, Ago-Out/2011, disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Ago-Out11.pdf.

O analfabetismo é bem mais acentuado na população negra, nas regiões menos desenvolvidas e as nas zonas rurais. Está fortemente concentrado na população de baixa renda e o percentual e a quantidade de analfabetos se ampliam conforme aumenta a faixa etária da população.

Além disso, a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos. A queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional.

Por sua vez, analfabeto funcional é a pessoa que possui menos de quatro anos de estudos completos. Na América Latina, a UNESCO ressalta que o processo de alfabetização só se consolida de fato para as pessoas que completaram a 4ª série.

Entre aquelas que não concluíram esse ciclo de ensino, se tem verificado elevadas taxas de volta ao analfabetismo (Boletim: *Projecto Principal de Educação en America Latina e el Caribe*, 1993). De acordo com essa definição, em 2002 o Brasil apresentava um total de 32,1 milhões de analfabetos funcionais, o que representava 26% da população de 15 anos ou mais de idade, conforme dados do IBGE.

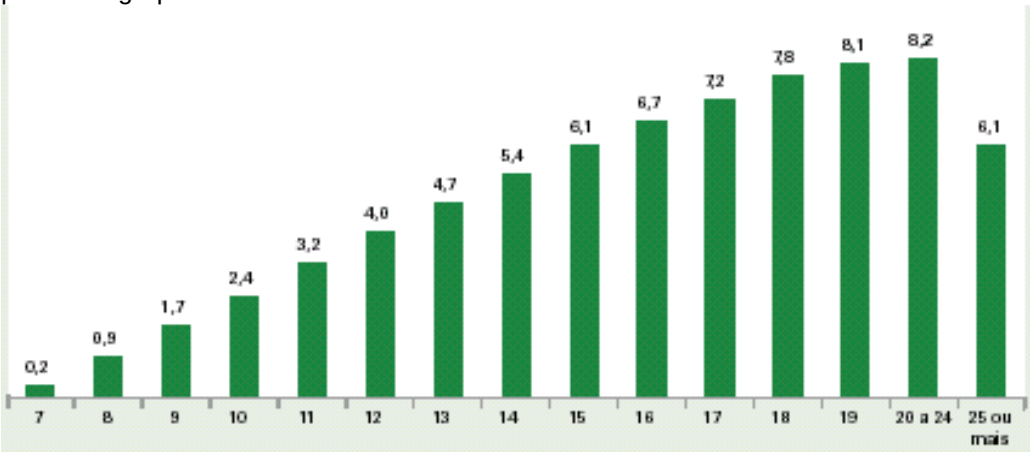
1.5.2 – Defasagem e taxa de freqüência escolar

Vimos que a média de anos de estudo é uma forma de medir a defasagem escolar. Quando uma pessoa não está cursando a série esperada para sua faixa etária, dizemos que ela está defasada.

Por exemplo, uma criança com nove anos de idade deveria estar matriculada na terceira série do nível fundamental e não em uma série anterior. Em 2002, considerando-se as pessoas com 10 anos ou mais de idade, a população do país tinha uma média de 6,2 anos de estudo. Em comparação a 1992, houve um aumento de 1,3 anos de estudo na média nacional.

Apesar do aumento no número de anos de estudo, ocorrido nos últimos dez anos, a defasagem escolar ainda é grande. Por exemplo, uma pessoa de 14 anos de idade deveria ter em média 8 anos de estudo, ou seja, ter terminado o ensino fundamental (completado a 8ª série). Porém, é somente na faixa entre 19 e 24 anos de idade que a média da população alcança 8 anos de estudo, conforme gráfico 10.

Figura 10. Gráfico 10: Média de anos de estudo das pessoas de 7 anos ou mais de idade, por idade pontual e grupos de idade – Brasil - 2002



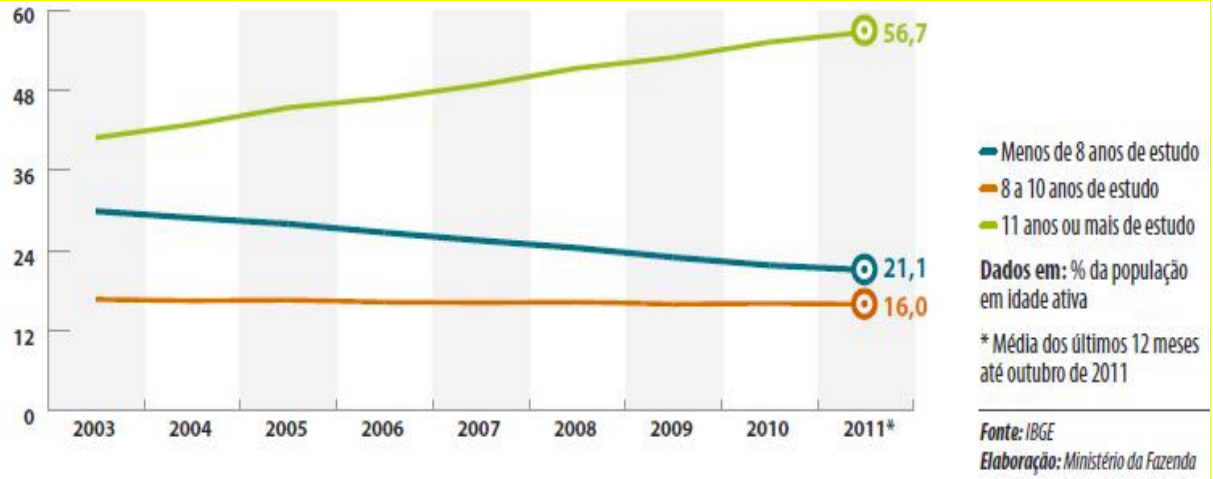
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil chegou ao final do século XX com 96,9% das crianças de 7 a 14 anos de idade na escola. Entretanto, em 2002 apenas 36,5% das crianças de zero a seis anos de idade freqüentavam creche ou escola no país. O percentual ainda é menor se levarmos em conta as crianças de zero a 3 anos de idade. Destas, apenas 11,7% estão matriculadas em creche ou escola.

Analisando um pouco mais à frente na vida educacional vemos no gráfico 11 que enquanto a participação na economia das pessoas com menos de 8 anos de estudo caiu ao longo do tempo, a proporção de ocupados com 11 anos ou mais de estudo é crescente.

Isso indica, juntamente com o aumento da formalização, a melhora na qualidade do mercado de trabalho, conforme.

Figura 11. Gráfico 11: Taxa de Participação por Anos de Estudo (% da população em idade ativa)



Fonte: Economia Brasileira em Perspectiva, Ministério da Fazenda, 13ª Edição, Ago-Out/2011, disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Ago-Out11.pdf.

Conforme demonstrado pelos dados apresentados, mais recentemente, ocorreram no país avanços importantes na ampliação do acesso a todos os níveis e modalidades educacionais, chegando à universalização do acesso ao ensino fundamental.

A baixa escolaridade média da população e a desigualdade reinante ainda são, no entanto, graves problemas, o que mantém na pauta das discussões políticas e econômicas a necessidade de universalização da educação básica e de melhoria da qualidade da educação, bem como a eliminação do analfabetismo, com inevitáveis impactos de longo prazo para a área.

As reduções vistas anteriormente precisam ser continuadas de forma que o país possa continuar aumentando o ritmo de seu desenvolvimento econômico, social, político, a fim de construir alicerce para que a população possa ter condições de usufruir da educação que a ENEF pretende disseminar que pressupõe patamar mínimo de educação.

1.6 – CENÁRIO - A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os dados apresentados inicialmente neste capítulo mostram um cenário favorável para a introdução da educação financeira nas escolas, e na sociedade como um todo buscando atingir ao público adulto. Especialistas avaliam que é vital o país que passa por um bônus demográfico ter políticas de emprego, educação e

saúde, pois esse é um período mais propício para, por exemplo, discutir a qualidade da escola no País.

Embora as mudanças apresentadas não possam ser exclusivamente imputadas às políticas públicas implementadas no Brasil, pois o crescimento da classe média e o aumento da expectativa de vida também ocorreram em outros países emergentes, sua contribuição para os resultados obtidos não pode ser ignorada. As conseqüências dessas mudanças estruturais, nas dimensões demográfica, social e econômica, terão efeitos em longo prazo, ainda não totalmente descortinados. Os padrões atuais de consumo, poupança e investimento serão afetados no futuro, em decorrência das alterações na composição e distribuição da renda.

A necessidade de educar as pessoas para atuar no meio financeiro determina a realização de ação conjunta do Estado e da sociedade. A educação financeira sempre foi importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranqüila. Nos últimos anos sua relevância cresce em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e da inclusão bancária, bem como das mudanças demográficas, políticas e econômicas já citadas neste capítulo.

A esses fatores soma-se o fato de parcela significativa de responsabilidade pelo futuro pessoal e familiar repousa na qualidade das decisões de consumo e poupança e na escolha das aplicações financeiras. A ampliação da longevidade repercute na composição e na dimensão dos gastos do indivíduo após a aposentadoria, considerando o bem estar na terceira idade.

Como vimos anteriormente neste capítulo, a mudança na composição etária na população, misto de mais longevidade com menor taxa de natalidade, também desafia a previdência social, pois há um número cada vez menor de trabalhadores para cada aposentado. A demanda por mecanismos complementares de aposentadoria, a fim de melhorar a qualidade de vida na terceira idade, significa mais responsabilidade do indivíduo em relação ao seu futuro, tanto no que concerne à necessidade de acumular recursos para seu uso, quanto ao que concerne às escolhas financeiras e ao acompanhamento e gestão de seus investimentos.

Sem ignorar que a formação de reservas pelos indivíduos depende, de certa forma, da existência de recursos financeiros adequados ao consumidor, é certo que a decisão de poupar ou consumir é influenciada por fatores psicológicos e culturais. Nesse sentido, ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos, submetidos aos apelos imediatos do consumo, com os objetivos de longo prazo.

De forma geral, as pessoas poupam pouco por diferentes razões: falta de informações e conhecimentos básicos sobre finanças, desconforto com a idéia de investir, dificuldade de abrir mão da satisfação dos desejos imediatos e problemas decorrentes de dívidas contraídas. É diante de tais desafios que está proposta a ENEF, que encontra cenário favorável para a implantação e desenvolvimento da cultura de poupança na sociedade brasileira.

Por outro lado, no campo da saúde pública, tratamentos intensivos com tecnologia melhoram as condições de sobrevivência a doenças típicas do envelhecimento. O incremento nos gastos pode impor necessidade de se dispor da poupança acumulada, o que fragilizaria a situação financeira individual, podendo conduzir a movimento de redução do valor de ativos, como imóveis e ações.

O melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira, por sua vez, contribui para o bem-estar coletivo, seja porque dessa melhor qualificação resultará sistema financeiro mais sólido e eficiente, seja porque cada pessoa estará em melhores condições para lidar com as vicissitudes e os momentos difíceis da vida.

Mesmo que isso não altere, de forma relevante, o valor da poupança, cidadãos com maior grau de educação financeira estão menos propensos a sustentar padrões de consumo incompatíveis com sua renda. A combinação de propaganda com mais acesso ao crédito pode resultar em gastos pessoais insustentáveis, com conseqüências negativas para o indivíduo: inadimplência e superendividamento, visto que as dificuldades financeiras dos indivíduos não afetam apenas suas famílias, mas também são negativas para a sociedade, pela perda do potencial de desenvolvimento humano, pela sobrecarga das redes de proteção social e pelos efeitos sistêmicos de natureza econômica, que podem ter reflexos para a solidez e a eficiência do sistema financeiro.

Neste contexto, a educação financeira se propõe a desenvolver habilidades para auxiliar as pessoas a tomar decisões acertadas e fazer boa gestão de suas finanças pessoais. Esta habilidade contribui para que haja maior integração entre os indivíduos na sociedade e a criar um mercado mais competitivo e eficiente.

1.7 – O PERIGO DO PERÍODO PÓS BÔNUS DEMOGRÁFICO

Já vimos que bônus demográfico representa uma “Janela de oportunidade” decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional. Porém, especialistas chamam a atenção para o momento pós bônus demográfico, especialmente no que se refere à sustentabilidade do sistema brasileiro de previdência.

Dessa forma o país, em busca de solucionar os problemas sociais, deve ser capaz de absorver a mão-de-obra disponível e incentivar as potencialidades da alta proporção de pessoas capazes de contribuir para a elevação da produção e da produtividade. A situação interna se mostra favorável, pois o Brasil tem uma população mais preparada em termos de idade, de saúde, de educação, de habitação, etc. para promover o avanço do país. Passamos pela combinação entre uma estrutura demográfica e uma estrutura social que realçam uma proporção da população em idade onde o retorno social e econômico das pessoas é maior. Este fato favorece a poupança e o investimento, tanto das famílias quanto da sociedade.

Para que a realidade do Brasil não seja a catástrofe que alguns especialistas anunciam, a ENEF se coloca como ferramenta de educação a ser implantada nas escolas de todo país, a fim de empreender a cultura de poupança nos lares brasileiros. Essa guarda de recursos visa não só a aposentadoria, como ainda a elevação da poupança interna do país que representa quantidade maior de recursos disponíveis para os investimentos em infraestrutura, que se fazem tão necessários para o desenvolvimento que nos bate à porta.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA PREOCUPAÇÃO RECENTE NO BRASIL

A nova realidade econômica do Brasil, após a implantação do Plano Real em 1994, que reduziu a inflação e proporcionou algumas mudanças significativas nos padrões de consumo, pois houve uma melhora nos níveis de emprego, redução de taxas de juros e aumento de prazos para os financiamentos em geral. Diante deste cenário de grandes mudanças em um curto espaço de tempo, é fundamental que seja dispensada atenção à forma com que os indivíduos estão interagindo com sua gestão financeira. A qualidade das decisões financeiras particulares pode influenciar toda a economia, e estão intimamente ligados a esta questão problemas como: a inadimplência, endividamento familiar, falta de capacidade de planejamento de longo prazo, etc.

Portanto, como se pode constatar, a globalização, a inserção da economia brasileira no cenário mundial e a estabilização econômica ocasionaram profundas mudanças no mercado brasileiro, e o resultante desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a sua complexidade demonstram que os indivíduos e suas famílias necessitam compreender, cada vez mais, os conceitos financeiros, para embasar as suas decisões de investimento e de financiamento, e maximizar o seu bem-estar econômico e social.

A Organização das Nações Unidas - ONU em suas Orientações para Proteção do Consumidor, atenta para os princípios que devem ser seguidos por governos dos países do mundo, onde destacam-se dois de extrema proximidade com a educação financeira, que são:

> *"c) acesso dos consumidores á informação adequada que o habilite a tomar decisões conscientes conforme suas necessidades e desejos individuais e*
> *d) educação do consumidor, incluindo educação quanto aos impactos econômicos, sociais e no meio ambiente decorrente de suas escolhas. (MATTA, 2007 apud ONU, 2003, P. 2-3)"*

Como podemos inferir, a difusão dessa informação acarreta uma série de vantagens, já percebidas principalmente por países desenvolvidos, onde se desperta a consciência dos cidadãos para tomar decisões que afetam não somente a sua

vida, mas a do sistema financeiro como um todo, uma vez que milhões de pessoas não instruídas tomando decisões não sustentáveis para o sistema poderá acarretar um impacto extremamente negativo na sociedade.

2.1 - OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para compreendermos com maior propriedade a importância da Educação Financeira na vida dos agentes econômicos é imprescindível ter uma clara definição de seu significado e dos elementos que a integram. De acordo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2006, p.223), o seguinte cenário explica a crescente relevância da Educação Financeira:

> *"Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas. Os mercados de capitais estão se tornando mais sofisticados, e novos produtos, cujos riscos e retornos não são de imediato discernimento, são oferecidos. Os consumidores possuem, atualmente, acesso a uma maior diversidade de instrumentos de crédito e de poupança, disponibilizados por uma grande variedade de canais, desde serviços on-line de bancos e de corretoras, até organismos que oferecem aconselhamento e suporte financeiro às famílias de baixa renda. Os indivíduos podem, hoje em dia, usar máquinas de auto-atendimento (ATM's) e computadores pessoais, para realizar muitas de suas transações financeiras. No atual momento, os investidores de ações têm diversas formas para acessar modernos mecanismos e ambientes de transação, alguns dos quais oferecem serviços mais ágeis ou com grande sigilo, assim como acesso a muitos tipos diferentes de investimentos."*

Como exposto acima, o cenário por que passa a atual sociedade é bastante propício para o desenvolvimento de ações de educação financeira, tanto para o público jovem de potenciais poupadores, quanto para os adultos que hoje já hoje podem aplicar na sua vida financeira os aprendizados adquiridos.

Para MATTA (2007 apud GREENSPAN, 2005, P. 54) "devido ao extraordinário crescimento e progressos tecnológicos nos serviços financeiros, tem-se obtido muitos benefícios para os consumidores de créditos pessoais e de

investimentos", o que, de certa forma, cria a necessidade de informações sobre estes produtos e serviços para a população orientar sobre suas vantagens e desvantagens.

Alguns autores defendem essa temática, como Braunstein e Welch (2002) de que além do benefício pessoal, a educação financeira favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços:

> *"[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas." (BRAUNSTEIN E WELCH, 2002, p. 445).*

Dolvin e Templeton (2006) apontam a disseminação de programas de educação financeira, na última década, direcionados às comunidades e aos funcionários de empresas, esses programas têm como equivalentes aqui no Brasil os chamados fundos de pensão criados por empresas para seus colaboradores ou por associações de classe para seus associados, dentre essas destaca-se a Ordem dos Advogados do Brasil que criou fundos de pensão para os advogados que atuam em todo o país.

Manson e Wilson (2000), citados por Dolvin e Templeton (2006), defendem que os programas de educação financeira estimulam o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, formando indivíduos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz.

Para Theodoro (2007), a educação financeira tem um sentido ainda mais amplo, pois consiste na arte de gerenciar seus recursos escolhendo o que é mais ou menos necessário em cada fase da vida, sempre na busca de uma melhor qualidade de vida para si mesmo e para a sociedade.

Worthington (2006) afirma que o conhecimento financeiro pode ser enquadrado em duas vertentes: pessoal e profissional. Do ponto de vista pessoal, é atrelado à compreensão da economia e de como as decisões das famílias são

afetadas pelas circunstâncias econômicas. Inclui ainda tópicos da gestão de recursos, tais como: orçamento, poupança, investimento e seguro. No âmbito profissional, o conhecimento financeiro é vinculado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas.

Fox, Bartholomae e Lee (2005) ressaltam que a ignorância financeira cria vieses potenciais de comportamento, exibidos pelos investidores incultos. Bernheim (1998) conclui que a maior parte dos norte-americanos apresenta lacunas de formação para o gerenciamento de suas finanças pessoais, e suas escolhas em termos de aposentadoria são reflexos dessa deficiência.

Segundo Clark e colaboradores (2006), a falta de conhecimento financeiro pode provocar: o adiamento da formação da poupança previdenciária; a incapacidade de tomar decisões corretas de investimento, consumo e poupança; e o aumento da insegurança em relação ao risco e ao retorno dos produtos de investimento.

Acerca do consumo imediato e da não preparação para a aposentadoria, Santos e Santos (2005, p. 82), sem circunstanciar histórica e socialmente, afirmam que “[esta] é a maior diferença entre ricos e pobres. Os ricos primeiro ganham dinheiro e depois compram os objetos tão sonhados, enquanto os pobres e a classe média se endividam para comprá-los, apenas para parecerem ricos. Os ricos compram ativos – que geram mais dinheiro e com essa renda fazem suas compras. Os pobres compram passivos – que tiram dinheiro do seu bolso, o que impede a formação da sua riqueza”.

Os autores HOLZMAN e MIRALES (2005) apud SAITO; SAVOIA e PETRONI defendem que os participantes no processo de educação financeira são as escolas, as empresas, o governo, as instituições financeiras, e outros, como as organizações não-governamentais (2006, p.4). Assim sendo, seguimos avaliando os autores que defendem a inclusão da educação financeira nas escolas.

2.2 - A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A ESCOLA

No Brasil poucas são as escolas que têm se preocupado em incluir em seu currículo assuntos relacionados com educação financeira. Segundo Martins (2004),

a escola omite-se em relação ás noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças. A escola precisa trabalhar com temas que auxiliem o futuro cidadão a conhecer e gerenciar suas necessidades cotidianas.

Nesse cenário os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trazem em seus temas transversais, uma gama de possibilidades de se trabalhar em sala com informações cotidianas e extremamente importantes para a formação do indivíduo, dentre elas destaca-se a educação para o consumo. Fazendo uma analogia com o ensino superior, os PCN poderiam ser comparados à Proposta Pedagógica do curso, onde o aluno deveria desenvolver a competência de gerenciar suas próprias finanças.

> *"[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida. É fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação no momento em que se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc., é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho. Aspectos ligados aos direitos do consumidor também necessitam da Matemática para serem mais bem compreendidos. Por exemplo, para analisar a composição e a qualidade dos produtos e avaliar seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente, ou para analisar a razão entre menor preço/maior quantidade. Nesse caso, situações de oferta como: compre 3 e pague 2. nem sempre são vantajosas, pois geralmente são feitas para produtos que não estão com muita saída - portanto, não há, muitas vezes, necessidade de comprá-los em grande quantidade - ou que estão com os prazos de validade próximos do vencimento. Habituar-se a analisar essas situações é fundamental para que os alunos possam reconhecer e criar formas de proteção contra a propaganda enganosa e contra os estratagemas de marketing que são submetidas os potenciais consumidores (Brasil, 2000)."*

Nessa mesma linha de raciocínio, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996) traz como princípio, a educação como

obrigação da família e do Estado. Tendo em vista a falta de condições de a família educar financeiramente, por diversas razões, cresce a responsabilidade do Estado com educação de qualidade na busca de bons cidadãos.

> *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).*

Segundo ainda a LDB cabe ao governo federal coordenar a política nacional de Educação, articulando diferentes níveis e sistemas e executando função normativa, redistributiva e supletiva às demais instancias educacionais.

Para Carvalho (2007), a escola é o lugar ideal para se implantar uma nova cultura financeira.

> *"Apoiados no Código de Defesa do Consumidor, na pesquisa de mercado e nos conhecimentos matemáticos envolvidos podem-se construir atividades que orientem os alunos na hora de escolher entre comprar à vista ou a prazo, bem como recorrer a seus direitos, inclusive quando pagam antecipadamente uma prestação que tem juros embutidos (Carvalho, 2007)"*

Ainda de acordo com os PCN (BRASIL, 2000, p. 64): "Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos nos quais se vêem confrontados no seu dia-a-dia".

Os PCN abordam a importância de trabalhar com atividades que auxiliem os alunos a se posicionar sobre questões do cotidiano:

> *"As questões relativas à globalização, as transformações científicas e tecnológicas e a necessária discussão ético-valorizativa da sociedade apresentam para a escola a imensa tarefa de instrumentalizar os jovens para participar da cultura, das relações sociais e políticas. A escola ao se posicionar dessa maneira, abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos (BRASIL, 2000, p. 47)."*

Nesse contexto, trabalhar com educação financeira na escola possibilita estabelecer relações dos conteúdos curriculares com a vivência do aluno. De acordo com os PCN (BRASIL, 2000), qualquer que seja a linha pedagógica, o que diferencia

as propostas é a função que se atribui aos conteúdos no contexto escolar. Em decorrência disso, o importante é a maneira como devem ser relacionados e tratados os conteúdos visando a inserção no cotidiano do aluno.

Assim, podemos inferir que trabalhar em sala de aula com assuntos que dizem respeito à educação financeira é uma forma de contribuir na formação do cidadão para a vida, fazendo sempre a relação do tema tratado com o cotidiano do aluno. Na seqüência será apresentada a ENEF, desde sua concepção até sua implementação como projeto piloto em algumas escolas, visando a inclusão da temática da educação financeira na vida dos alunos brasileiros.

CAPITULO 3 – A ENEF: CONCEPÇÃO, ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

A educação financeira, matéria restrita do campo das finanças, ganha espaço institucional, afirmando-se como integrante da área de Educação. Dessa forma, qualifica-se como direito de todos, dever do Estado, e da família e deve ser promovida com a colaboração da sociedade de um lado, e dos diferentes entes da Federação de outro, conforme reza o art. 205 da Constituição Federal de 1988:

> *"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."*

A Constituição exige ainda que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizem os diferentes sistemas de ensino em regime de colaboração, regra trazida pelo art. 211 da Carta Magna:

> *"Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*
> *§ 1.º A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.*
> *§ 2.º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar."*

Portanto, é indispensável a participação ativa dos responsáveis pela definição das políticas públicas na área de Educação, bem como de seus executores, pois a educação financeira deve começar na escola regular, conforme recomendam os autores pesquisados e apresentados no capítulo anterior, bem como as referências internacionais, em especial a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em seu princípio nº 7, que será tratado com os demais princípios na seqüência.

3.1 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITO

De acordo com a OCDE (2005), a Educação Financeira pode ser definida como o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro. Desta forma, a Educação Financeira extrapola o simples oferecimento de informações financeiras e de conselhos, sendo que estas atividades devem ser regulamentadas, em específico, no que refere à proteção dos clientes (OCDE, 2005).

A educação financeira também pode ser definida como:

> *"Um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados às sociedades e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando seu bem-estar (SAVOIA; SAITO e SANTANA, 2007, p. 2)".*

3.2 – A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA OCDE

À Luz desses conceitos, a OCDE, reconhecendo a necessidade de se desenvolver a poupança previdenciária e melhorar o entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, criou o *Financial Education Project* para estudar a educação financeira e propor programas aos seus países-membros (OCDE, 2004). Foi observado que estes países possuíam políticas de difusão de informações sobre crédito, investimentos e instrumentos de seguro, mostrando também preocupação com a parte da população que é jovem (SAVOIA; SAITO e SANTANA, 2007 apud OCDE, 2004).

O programa foi estabelecido em 2003, com a finalidade de analisar a efetividade das iniciativas existentes nos países, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas, de modo a prover um conjunto de recomendações de melhores práticas para a sua implantação (SMITH, 2005). De acordo com a OCDE, foi publicado um relatório em novembro de 2005 — *Improving financial literacy:*

analysis of issues and policies —, apresentando os resultados obtidos. Pode-se observar que os países pesquisados estão adotando políticas para instruir a população quanto aos conceitos de crédito, de investimentos e de instrumentos de seguro e demonstram preocupação com a população jovem. Entretanto, ainda há obstáculos para o êxito desses programas, em geral, por conta do orçamento necessário para a sua implantação, e da reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da educação financeira.

Pesquisas realizadas pela OCDE, nos seus não-membros, originaram recomendações e princípios que estão enumerados a seguir.

> *"1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.*
> *2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.*
> *3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.*
> *4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.*
> *5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.*
> *6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas*

> *decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.*
> *7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.*
> *8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com conseqüências relevantes.*
> *9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.*
> *10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível. Fonte: OCDE, 2005."*

O princípio dois enfatiza que o programa de educação financeira deve focar as prioridades de cada país. Dessa forma, podemos fazer analogia com o que defende Freire num ensino que procura relacionar os conteúdos curriculares com o contexto em que está inserido o aluno, e pensando o Brasil com as suas diferentes culturas e contextos sociais, deve-se trabalhar prioridades que dizem respeito à realidade de cada comunidade escolar.

O princípio sete recomenda que a educação financeira deve começar na escola, uma vez que, mesmo antes de entrar para o ensino básico, qualquer criança já teve contato com as situações que envolvem o mundo financeiro. Desta forma, é importante que, ao ingressar na escola, ela possa ser orientada para o consumo responsável, evitando desperdícios e procurando participar deste "mundo" financeiro agindo de forma adequada e saudável, para que tenha condições de planejar um futuro com qualidade de vida.

Por fim, o princípio quatro defende a promoção da educação financeira pelos órgãos administrativos no qual se enquadra os institutos de defesa do consumidor, e de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990), é dever do Estado proporcionar a Educação Financeira através de órgão específicos, como o IDEC, o Instituto de Defesa do Consumidor, por exemplo.

Ainda à luz do Código de Defesa do Consumidor, tem-se, entre os direitos básicos do consumidor, a educação e divulgação sobre o consumo adequado, bem

como a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. O mesmo código trata ainda sobre a educação a informação de consumidores e fornecedores, sobre os seus próprios direitos e deveres, visando a melhoria da qualidade do consumo.

No Brasil, o governo e alguns seguimentos da sociedade também estão engajados na questão da orientação financeira nas escolas e desse modo, vemos que o desenvolvimento do presente projeto nacional de educação financeira responde a uma necessidade atual da sociedade.

3.3 – ENEF – CRIAÇÃO

A partir desse ponto, iniciaremos propriamente os estudos com relação à concepção e implantação da ENEF, vamos a ele. O Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) foi instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, com a finalidade de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública da poupança popular. É integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Com a finalidade de melhorar o grau de educação financeira da população brasileira, o COREMEC constituiu o Grupo de Trabalho (GT) por meio da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, com o objetivo de propor estratégia nacional de educação financeira, que deveria ser construída em conjunto com representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Conforme abertura concedida pelo § 1º do art. 2º da citada deliberação, o GT poderia contar com a colaboração de membros auxiliares que deveriam ser representantes de entidades de classe, associações representativas ou organizações auto-reguladoras dos mercados sob supervisão do COREMEC. Assim sendo, foram convidados os seguintes colaboradores para compor o GT: a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde

Suplementar e Capitalização (CNSEG), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), o Ministério da Educação (MEC) o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Fazenda (MF), e por fim o Ministério da Previdência Social (MPS).

A orientação foi de que a proposta deveria ser elaborada em forma de documento final a ser aprovado pelo COREMEC denominado Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e deveria tratar dos seguintes aspectos, conforme alíneas do § 1º do art. 5º da citada Deliberação: ‘

> *“[...]*
> *a) público-alvo a ser atingido, estabelecendo a devida segmentação, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e médios empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região;*
> *b) objetivos a serem priorizados: crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor, desenvolvimento social, etc.;*
> *c) áreas a serem priorizadas: desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, micro-crédito, financiamento à habitação, proteção de investidores, inclusão no sistema financeiro, previdência e preparação para a aposentadoria, seguros etc.;*
> *d) ações a serem desenvolvidas: páginas na rede mundial de computadores, palestras, publicações e outros impressos, cursos, seminários, encontros regionais, concursos, centrais de atendimento, treinamentos específicos, campanhas de divulgação etc.;*
> *e) financiamento: estrutura de fontes (orçamentários, doações, cotas de participação, operações externas), modo de gestão dos recursos, instituições que aportarão recursos (p.ex., associações, entidades de classe, organizações auto-reguladoras, PNUD, BID, Banco Mundial, etc.);*
> *f) responsabilidades: órgãos e entidades governamentais a serem envolvidos e, eventualmente, instituições privadas que poderiam participar;*
> *g) organização: modo de coordenação da estratégia, como por exemplo, por meio de uma comissão nacional ou por um órgão ou entidade já existente ou a ser criada;*
> *h) Plano Plurianual (PPA): avaliação quanto à necessidade de criação de Programa ou Ações no PPA, sugerindo-os, em caso positivo, inclusive os respectivos indicadores e produtos, ou indicando os Programas já existentes a serem afetados;*

> *i) avaliação da efetividade da estratégia: medida do grau de sucesso no alcance dos seus objetivos, escolha dos indicadores apropriados, metodologia e periodicidade da mensuração e responsabilidade pela auditoria dos resultados;*
> *j) mecanismos de revisão da estratégia: responsabilidades pela reformulação, subsídios do processo de avaliação e procedimento de revisão que inclua audiências públicas."*

A deliberação trouxe ainda algumas providências a ser adotadas pelo GT, a fim de servir de subsídio para o desenvolvimento da proposta, das quais trataram os incisos do § 2º do mesmo art. 5º referido anteriormente, quais sejam:

> *"[...]*
> *I - promover inventário nacional de ações e projetos de educação financeira no país, podendo estabelecer, para tanto, página na rede mundial de computadores ou outros meios para o cadastramento voluntário dessas iniciativas, inclusive através de formulários padronizados;*
> *II - desenvolver uma pesquisa nacional que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população do País, cabendo ao Grupo de Trabalho decidir quanto à abordagem a ser empregada: se por testes de conhecimentos (objetiva) ou por levantamento de percepções e sentimentos (subjetiva);*
> *III - pesquisar quanto à experiência internacional de estratégias nacionais de educação financeira."*

O citado GT sofreu sucessivas prorrogações de prazo que foram autorizadas pelas Deliberações do COREMEC nº(s) 05 e 06/2008, sendo que esta última prorrogou o prazo até 29 de maio de 2009. Findo este prazo sem a conclusão dos trabalhos a Deliberação do COREMEC nº 08, de 19 de junho de 2009 instituiu novo Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de coordenar os atos necessários à instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Este segundo GT contou com a participação dos mesmos membros do primeiro GT, e sofreu ainda duas prorrogações de prazo autorizadas pelas Deliberações do COREMEC nº(s) 09/2009 e 10/2010, totalizando ao final 18 (dezoito) meses de duração.

Esteve sob a coordenação-geral deste segundo GT a (SUSEP) e foram definidas as atividades que deveriam ser executadas, quais sejam:

a) Ato normativo: sob a coordenação da então SPC, que deveria diligenciar para a edição do ato normativo que instituiria a ENEF, com o envolvimento dos Ministérios, órgãos e entidades pertinentes;

b) Governança: sob a coordenação da então SPC, que deveria avaliar alternativas de parceria para a execução da ENEF;

c) Educação Financeira na Escola: sob a coordenação da CVM, que deveria dar continuidade às ações em andamento visando ao desenvolvimento, no âmbito de um grupo de apoio pedagógico, das situações didáticas a serem utilizadas em projeto piloto;

d) Educação Financeira para Adultos: sob a coordenação do Banco Central do Brasil, que deveria dar continuidade aos contatos com os Ministérios da Defesa, da Justiça, do Desenvolvimento Social, dentre outros; e

e) Audiência Restrita da Proposta de ENEF: sob a coordenação da SUSEP, que deveria reunir as sugestões de alteração da proposta, encaminhadas pelas entidades mencionadas no §2º do art. 2º da presente Deliberação, e apresentá-las ao COREMEC.

Por fim, os trabalhos do segundo GT foram concluídos e o Decreto nº 7397, de 22 de dezembro de 2010 instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. O art. 2º do citado decreto tratou das diretrizes de implementação da ENEF, quais sejam:

> *"[...]*
> *I – atuação permanente e em âmbito nacional;*
> *II – gratuidade das ações de educação financeira;*
> *III – prevalência do interesse público;*
> *IV – atuação por meio da informação, formação e orientação;*
> *V – centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;*
> *VI – formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e*
> *VII – avaliação e revisão periódicas e permanentes."*

Estava criada a ENEF, importante instrumento que perseguirá os seguintes objetivos:

a) Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;

b) Ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e

c) Contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

A ENEF está centrada ainda nas seguintes diretrizes:

a) É um Programa de Estado, de interesse público.

b) Possui caráter permanente

c) É desenvolvida em âmbito nacional

d) Sua avaliação e revisão devem ser permanentes e periódicas

e) Possui três níveis de atuação: informação, instrução e orientação

f) Sua gestão é centralizada e a execução descentralizada

Iniciando os trabalhos o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) órgão da estrutura de governança da ENEF a ser detalhado a seguir, depois de aprovar seu regimento interno por meio da Deliberação CONEF nº 01, fez publicar pela Deliberação CONEF nº 02, ambas de 05 de maio de 2010 o Plano Diretor que consubstancia a proposta da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

O documento traz informações que fundamentam a proposta, apresenta cenários e indica alguns desafios para a educação financeira, contém a proposta de atuação da ENEF, delineando as ações a serem desenvolvidas para crianças e adultos e jovens por meio da escola, e para adultos, além de definir a forma e a estrutura da ENEF. Integram ainda o Plano Diretor da ENEF seus anexos que apresenta o levantamento de algumas experiências internacionais, o resumo do inventário de ações, e o relatório da pesquisa nacional, estes três últimos serão abordados brevemente na seqüência.

Também estão anexas ao Plano Diretor propostas de ações educacionais para cada um dos quatro setores do sistema financeiro nacional, conforme os seguintes mercados e órgãos reguladores: financeiro (BCB), de capitais (CVM), de previdência social e previdência complementar fechada (PREVIC) e de seguros, previdência complementar aberta e capitalização (SUSEP). Esta sessão do documento é bastante rica em ações a ser implementadas visando a educação financeira e vale sempre a pena conferir. O Plano Diretor está disponível no *site* da ENEF no caminho: http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf.

Restou definido pelo CONEF que para início dos trabalhos de implementação da ENEF deveria ser realizada pesquisa em âmbito nacional a fim de mensurar o nível de conhecimento acerca do tema na população brasileira.

Aliada com a pesquisa deveria ser iniciada uma coleta de informações sobre outras iniciativas de educação financeira à população. Para tanto, foi desenvolvido um site na internet onde deveriam ser postadas tais informações.

Ficou determinada também uma estrutura de governança de coordenação centralizada e execução descentralizada para gerir a ENEF depois de sua implementação, visto que se propõe a alcançar todo o território brasileiro.

A ENEF foi concebida para alcançar o público de crianças e de adultos, para isso foi traçado plano de ações que visam a inclusão da educação financeira nas escolas para as crianças e em outros ambientes para os adultos com a colaboração de instituições já engajadas nessa empreitada. Todas as ações deverão ter avaliação de seu impacto com a construção de indicadores e métodos de aferimento.

Por fim, a implementação da ENEF para o grande público requer a verificação de sua efetividade, dessa forma, foi planejada a realização de projeto piloto que envolverá, entre outros estabelecimentos de ensino, escolas que participam do Programa Mais Educação, 900 (novecentas) escolas, que é uma das metas do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC.

O projeto piloto pretende com a aplicação do material desenvolvido exclusivamente para a ENEF na metade das escolas, possibilitar a percepção dos

fatores críticos de sucesso da proposta, além de identificar pontos a serem aprimorados e de permitir a expansão eficiente da educação financeira das escolas. Para tanto, a avaliação desse impacto será efetuada pelo Banco Mundial graças a parceria firmada.

Todos os assuntos aqui apresentados, quais sejam: estrutura de governança da ENEF, pesquisa e site para coleta de subsídios, propostas de atuação para os dois públicos-alvo, a metodologia de avaliação das ações propostas, serão abordadas na seqüência com a riqueza de detalhes que a matéria requer, e em capítulo específico será detalhado o projeto piloto retro citado considerando que este merece atenção especial pelos resultados apresentados.

3.3.1 – Estrutura de Governança

Na pesquisa realizada foi perceptível que a estrutura de governança proposta para a ENEF possui coordenação centralizada e execução descentralizada, pois as características do Brasil recomendam que o projeto seja realizado de tal forma, com uso intensivo de parcerias estratégicas, de âmbito nacional, e de colaboradores locais, conhecedores das peculiaridades de cada comunidade.

Viu-se também que a centralização da coordenação concilia a necessidade de integração de entidades privadas e públicas, interessadas em promover a educação financeira, preservando a independência dos órgãos supervisores do sistema financeiro para desenvolver suas próprias ações de educação.

Foram traçadas ainda algumas esferas de governança que a ENEF, como política nacional, deveria contemplar:

a) Estratégica: formada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), responsável pela direção, pelo fomento e pela supervisão da ENEF.

b) Consultiva: formada inicialmente pelo Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), responsável por orientar pedagogicamente o desenvolvimento dos conteúdos.

c) De coordenação: a ENEF será coordenada por entidade de propósito exclusivo, não integrada a estrutura de nenhum dos ministérios, a fim de assegurar o equilíbrio da gestão entre os mercados e segmentos interessados.

d) De execução: por meio dos órgãos supervisores e fiscalizadores do sistema financeiro nacional e de parceiros realizadores, privados e públicos, que desenvolvam programas ou ações de educação financeira, qualificadas para integrar a ENEF.

Na direção, fomento e supervisão temos o CONEF instituído no âmbito do Ministério da Fazenda com o objetivo de definir planos, programas e ações e coordenar a execução da ENEF, sua composição foi tratada no art. 3º do decreto supracitado:

> *"[...]*
> *I – um Diretor do Banco Central do Brasil;*
> *II – o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;*
> *III – o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar;*
> *IV – o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;*
> *V – o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda;*
> *VI – o Secretário-Executivo do Ministério da Educação;*
> *VII – o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social;*
> *VIII - o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e*
> *IX – quatro representantes da sociedade civil, na forma do § 2º."*

Já o GAP, também instituído no âmbito do Ministério da Fazenda, foi criado para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária.

Tal auxílio deve ocorrer principalmente quanto ao desenvolvimento e à inserção do conteúdo financeiro nas diferentes disciplinas no âmbito escolar, de modo transversal, sob o enfoque das entidades que integram e representam os sistemas de ensino público federal, estaduais e municipais, e as instituições de ensino privadas.

Pode-se perceber que a criação do GAP no âmbito da ENEF com o olhar sob o enfoque pedagógico atende as necessidades de que os conteúdos sejam

desenvolvidos de acordo com o cotidiano do aluno, conforme os PCN e também de acordo com o que defende Libâneo (1991) quando chama a atenção para a excessiva importância que é dada à matéria que está nos livros, sem a preocupação de torná-la mais significativa e mais viva para os alunos. Para ele muitos professores querem, a todo custo, terminar o livro até o final do ano letivo como se a aprendizagem dependesse de "vencer" o conteúdo do livro.

O GAP será composto de um representante dos órgãos listados a seguir, conforme art. 5º do mesmo decreto:

> *"[...]*
> *I – Ministério da Educação, que o presidirá;*
> *II – Banco Central do Brasil;*
> *III – Comissão de Valores Mobiliários;*
> *IV – Ministério da Fazenda;*
> *V – Superintendência de Seguros Privados;*
> *VI – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;*
> *VII – Conselho Nacional de Educação; e;*
> *VIII – instituições federais de ensino indicadas pelo Ministério da Educação, até o limite de cinco, no máximo uma por região geográfica do País."*

Em prosseguimento, vimos que a Deliberação nº 04 do CONEF criou a Comissão Permanente com a finalidade de provê-lo do suporte técnico necessário à consecução dos objetivos da ENEF. Tal apoio técnico compreende a proposição de regras, parâmetros e orientações, bem como a execução direta de atividades necessárias à implementação da ENEF. Os temas a que se referem as regras, parâmetros e orientações foram tratados nas alíneas do § 2º do art. 1º da citada Deliberação:

> *"[...]*
> *I - a coordenação dos planos, programas e ações que integram a ENEF e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas;*
> *II - a definição de símbolos, marcas ou logotipos que identifiquem a ENEF, bem como sua utilização;*
> *III - o monitoramento e a avaliação de suas iniciativas e do grau de educação financeira e previdenciária da população;*
> *IV - a representação internacional do CONEF;*
> *V - a comunicação e a publicidade institucional;*
> *VI - a revisão e a utilização de materiais didáticos desenvolvidos no âmbito da ENEF;*

> *VII - a administração do sítio da ENEF na internet (www.vidaedinheiro.gov.br) e do cadastro de ações de educação financeira e previdenciária."*

Referida Comissão Permanente será coordenada por regime de rodízio, de forma simultânea à presidência do CONEF e ficará responsável pelas atividades tratadas pelas alíneas do art. 5º da mencionada Deliberação, continuadamente até a consecução de seus objetivos, quais sejam:

> *"[...]*
>
> *I - Governança: sob a coordenação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, que deverá avaliar e propor a implementação de parcerias entre o CONEF e entidades públicas e privadas, com o objetivo de coordenar a ENEF e executar planos, programas e ações específicos;*
> *II - Educação Financeira nas Escolas: sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários, que deverá dar continuidade ao projeto piloto em andamento, até o estabelecimento de parceria para execução do programa, pelo CONEF, com entidade com propósito específico de desenvolver educação financeira e previdenciária, nos termos do inciso I deste artigo;*
> *III - Educação Financeira Básica para Adultos: sob a coordenação do Banco Central do Brasil, que deverá desenvolver projeto de educação financeira e previdenciária de adultos, de caráter transversal e multidisciplinar, englobando saberes essenciais a outros programas e ações transversais e setoriais;*
> *IV - Atualização do Plano Diretor da ENEF: sob coordenação da Superintendência de Seguros Privados, que deverá propor a atualização de dados do Plano Diretor que consolida a ENEF."*

Em consonância com as diretrizes apresentadas, verificamos que a estrutura de governança proposta deve permanentemente:

a) Assegurar padrões éticos e de boa governança.

b) Promover e incentivar formação de parcerias, principalmente entre entes de natureza privada e pública que possam multiplicar e alavancar as ações de informação, formação e orientação;

c) Analisar propostas de projetos e de conteúdos de potenciais parceiros;

d) Gerenciar o acervo de informações e de materiais de apoio pedagógico;

e) Gerenciar o sítio da ENEF na internet;

f) Desenvolver conteúdos que possam ser disseminados;

g) Formar multiplicadores para ações diversas no âmbito da ENEF;

h) Divulgar a estratégia;

i) Elaborar e aplicar indicadores de avaliação sobre a efetividade das ações desenvolvidas;

j) Produzir relatórios e documentos referentes às atividades da ENEF;

k) Desenvolver outras ações de interesse da ENEF.

Por fim, mas não menos importante, identificamos que a estrutura de governança da ENEF será composta por uma entidade coordenadora, a ser criada, que deverá centralizar as informações das ações da ENEF, subsidiar as decisões de revisão da estratégia e organizar as ações que visam atingir o público alvo.

Restou determinado que a citada entidade deverá se classificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, com o objetivo de possibilitar a parceria entre o Estado e a entidade coordenadora da ENEF, pois as características peculiares dessas entidades facilitam a colaboração com o setor público para consecução de objetivos de natureza social, como educação, ao mesmo tempo em que possibilitam adequada fiscalização dos resultados.

No âmbito da OSCIP será criado o Conselho ENEF, que será composto obrigatoriamente por pelo menos um representante de cada um dos órgãos que integram o COREMEC, e deverá acompanhar a execução das parcerias, elaborar o plano de ações a ser executado pela entidade e aprovar os conteúdos relacionados à educação financeira.

Acerca da criação de instituição para coordenar a ENEF cuja atuação não esteja subordinada a nenhum dos órgãos que a comporão, vimos que se trata de

tentativa de evitar ingerências políticas e partidárias na consecução da ENEF, fazendo parte das esferas de governança que a ENEF, como política nacional, deve contemplar, a fim de assegurar o equilíbrio da gestão entre os mercados e segmentos interessados.

Quanto a essa entidade ser uma OSCIP vê-se grandes pontos positivos, pois devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência e possuir um conselho fiscal ou órgão equivalente, dentre outras determinações da citada lei.

Outra vantagem identificada pelo fato de a entidade ser qualificada como OSCIP é a de que o governo federal autoriza as empresas tributadas pelo regime de lucro real a deduzirem, como despesa operacional, doações de até 2% do lucro operacional bruto para entidades sem fins lucrativos qualificadas como OSCIPS. Dessa forma, essa facilidade é bastante positiva para a ENEF, pois poderá aumentar o volume de recursos obtidos pela entidade para financiar as ações de educação financeira.

As OSCIPS podem ainda celebrar termos de parceria, instrumentos firmados com o poder público destinados à formação de vínculo de cooperação entre as partes, estabelecendo os direitos, as obrigações e responsabilidades das partes. Mais um ponto bastante positivo identificado na estrutura de governança da ENEF, pois as parcerias com instituições públicas e privadas são bastante bem vindas para o alcance de objetivo comum.

3.3.2 – A coleta de informações para subsídio

3.3.2.1 – A Pesquisa

Dando prosseguimento aos seus trabalhos, o GT iniciou sua primeira missão visando atender ao determinado no inciso II do § 2º do art. 5º da Deliberação COREMEC nº 03/2007, e realizou em 2008 por meio de instituto de pesquisa contratado para este fim, uma pesquisa nacional que objetivou mapear o grau de conhecimento financeiro dos brasileiros.

Figura 12. Folder da Pesquisa Nacional

A pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular, para desenvolvimento da ENEF, ouviu 1.809 (um mil oitocentas e nove) pessoas em seis capitais do país Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife, com diferentes perfis de renda e graus de escolaridade.

Nesta pesquisa ficou constatado que a noção de dinheiro entra na vida da criança a partir dos cinco anos, quando ela tem com este o primeiro contato, por meio de gastos superficiais e pequenas doações dos pais. Mostrou também que, diferentemente do enfoque pelo qual o dinheiro se caracteriza como capital, instrumento para aumentar o patrimônio, a população enxerga o dinheiro como meio de pagamento, para resolver as questões cotidianas.

Observou-se ainda a importância em transmitir conceitos básicos de educação financeira às crianças, para que tenham desde cedo, dentre outras, a consciência sobre juros, vantagens e desvantagens do parcelamento, noção do

dinheiro no tempo, a fim de que possam avaliar a relação custo-benefício de se adquirir determinado bem a vista ou a prazo.

Com base nessas constatações, a pesquisa concluiu que o nível de educação financeira da população brasileira ainda é baixo, saber o que é correto não é suficiente, é preciso desenvolver autodisciplina e orientar o julgamento do senso de urgência em crianças e jovens, além de levar até eles os conceitos da educação financeira.

Maiores detalhes da pesquisa podem ser obtidos no Anexo do Plano Diretor da ENEF que a consubstanciou na publicação da Deliberação nº 02 do CONEF, de 05 de maio de 2011, disponível no sítio da ENEF.

Considerando que diversos países realizam pesquisas sobre o grau de educação financeira da população, e que diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, desenvolvem pesquisas para definir padrões que possibilitem comparação dessa variável, no âmbito internacional, restou determinado que a entidade gestora deverá acompanhar tais estudos e desenvolver metodologia adequada para mensuração do impacto da ENEF na população.

Devendo ainda esta pesquisa ser aproveitada e aperfeiçoada, a fim de traçar uma linha de base adequada e representativa da sociedade. Deve ainda estar atenta à evolução das metodologias e ferramentas, devendo considerar a experiência de outros países e organismos multilaterais, restando recomendado que se promova amplo e profícuo intercâmbio de informações e conhecimentos.

3.3.2.2 – O *site* para cadastro do inventário de ações

Ainda em consonância com a alínea “d” do § 1º e inciso I do § 2º do art. 5º da citada deliberação, bem como considerando a Diretriz nº 06 da OCDE foi lançado, em agosto de 2008, o sítio da Estratégia (<www.vidaedinheiro.gov.br>), visando auxiliar na execução da ENEF, com a finalidade inicial de cadastrar ações de educação financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial, existentes no Brasil, permitindo a formação de inventário nacional.

Figura 13. Site para inventário de ações

Além do cadastramento das ações já existentes no país, a entidade coordenadora deve buscar em programas de educação financeira implementados no Brasil, o material, o conteúdo, e metodologias de sucesso, incentivando suas iniciativas e aproveitando-as em outros programas a fim de racionalizar os esforços, reduzir custos e evitar a duplicidade de ações.

Essa iniciativa da ENEF é louvável tanto no sentido de dar continuidade a uma ação que esteja obtendo sucesso num determinado ambiente, bem como quanto à preocupação com o não desperdício de recursos, visando a sustentabilidade do meio ambiente do qual partilhamos.

3.4 – ENEF – PROPOSTA DE ATUAÇÃO

Constatou-se que a ENEF contempla apenas ações de interesse público, ainda que implementadas pela iniciativa privada, desde que tenham caráter não comercial e que não se dediquem a recomendar determinados produtos ou serviços financeiros. Seu conteúdo deve ser imparcial e técnico, sem viés ideológico, religioso ou de outra natureza.

Conforme já mencionado o Plano Diretor da ENEF lista uma gama de grandes temas a ser abordados, com o respectivo cenário a levar em consideração e os desafios a ser enfrentados pela educação financeira frente a necessidade de adequá-los ás diferenças regionais do Brasil, são eles: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos, previdência social, seguros, capitalização, e por fim proteção e defesa do consumidor.

A proposta de atuação da ENEF levou em conta a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, a extensão territorial do país, o tamanho da população, a diversidade cultural, as diferenças sociais, as características do sistema educacional brasileiro, a multiplicidade de temas vinculados à educação financeira, além da necessidade de se buscar a efetividade da estratégia em curto, médio e longo prazo, contemplando dois segmentos de público alvo.

O primeiro é constituído por crianças e jovens, e será atendido, principalmente, por programas a serem desenvolvidos nas escolas de ensino fundamental e médio, sob orientação do MEC e participação das Secretarias de Educação estaduais e municipais em consonância com o que recomenda a OCDE em seu princípio nº 7 que reza que as pessoas devem ser inseridas nesta temática precocemente.

Esta preocupação de inserir a educação financeira no âmbito escolar vai ao encontro do que dizem Lucey e Giannangelo (2006, p. 70 apud MATTA, 2007, p. 63) quando afirmam que “se a criança desenvolve os moldes comportamentais e cognitivos antes e durante a escola elementar, a educação financeira deve ocorrer durante os primeiros estágios de desenvolvimento comportamental e cognitivo”.

O segundo é constituído pelos adultos, e corresponde a expressiva parcela da população brasileira, que apresenta carências significativas de informações financeiras de toda ordem e em vários planos de complexidade. É nesse segmento que a efetiva realização da ENEF se mostra, pois é o adulto quem trabalha, lida com dinheiro, consome, poupa e investe.

A estratégia apresentada está centrada no desenvolvimento de ações de educação financeira para a população de todo o Brasil, e o alcance dessa meta depende da disponibilidade de recursos para seu custeio. Pensando nisso, restou

definido que os recursos para custear as ações que compõem a ENEF serão públicos e privados, sendo que aqueles serão alocados nos orçamentos das entidades integrantes do COREMEC ou de outros órgãos públicos, e estes participarão tanto da manutenção da entidade coordenadora quanto no financiamento das ações. Além disso, parcerias poderão ser firmadas com organismos internacionais para obtenção de financiamentos voltados para desenvolvimento de ações específicas.

Avalia-se a possibilidade de parcerias com organismos internacionais como uma singular oportunidade de potencializar a percepção de recursos para investir na ENEF, visto a relevância do tema não somente para o Brasil, mas também para a comunidade internacional.

3.4.1 – Educação Financeira nas Escolas

Pela relevância do tema, e principalmente, para pensar e construir a forma mais adequada para levar o tema às escolas, a ENEF sabiamente envolveu, em sua concepção, educadores, instituições públicas de ensino (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ) e Colégio Pedro II) e entidades representativas do setor educacional (Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)) e financeiro, além dos órgãos integrantes do COREMEC, tendo trabalhado em estreita colaboração com o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

O Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), sob a supervisão do MEC elaborou o documento Orientações para Educação Financeira nas Escolas, anexo ao Plano Diretor da ENEF, que apresenta modelo conceitual para levar a educação financeira às escolas. Nele é apresentado um conjunto de princípios que devem nortear as ações necessárias, tendo em vista a estrutura do sistema educacional brasileiro, a autonomia das escolas e dos educadores nas definições de propostas pedagógicas, bem como o papel da União na coordenação da política nacional de educação. O documento propõe que o assunto seja tratado como tema relevante inserido nas diversas áreas do conhecimento, chamados pelos PCN como temas transversais.

Além disso, podemos inferir que essa abordagem permite que os conceitos de educação financeira sejam priorizados e contextualizados de acordo com a realidade local e regional, o que deve ser considerado, tendo em vista que se trata de um país com dimensões continentais como as do Brasil, onde a pluralidade cultural é também uma das principais características.

Portanto, a principal característica do documento é a flexibilidade, para permitir sua adaptação aos contextos escolares, iniciativa de relevância singular se observarmos o que nos diz Freire (1996), acerca de que quando se ensina algo que o aluno vivencia, há uma conquista que vai alem do conteúdo, trabalha-se a autonomia, confiança, a crítica, entre outros pontos fundamentais para a formação da cidadania. Trabalhar a questão do consumo é contextualizar um aprendizado dentro de uma realidade vivenciada pelo educando, levando-o a entender como funciona a economia de sua casa, a conta de telefone, água, energia elétrica, entre outros, trazendo significados e atribuindo valores a tais conhecimentos.

A fim de que a educação financeira nas escolas seja implementada de maneira uniforme e eficiente, e para que os resultados possam ser monitorados, foi desenvolvido um plano de ações que engloba a formação de professores na temática da educação financeira, a ser apresentado a seguir.

Neste plano são apresentadas as iniciativas para inclusão da educação financeira nas escolas, ações que de fato colocarão a educação financeira em prática nas escolas, entre elas, a realização do citado projeto piloto em 900 (novecentas) escolas, que será abordado em capítulo específico adiante. Vamos ao plano de ações.

Figura 14. Tabela 1: Propostas do Plano de Ação para inclusão da ENEF nas escolas

Iniciativa	Ação	Público	Forma de Atuação
01. Campanha para sensibilização dos públicos envolvidos com educação e com a comunidade escolar	Campanha publicitária de sensibilização	Sociedade, pais e educandos	Será realizada por intermédio de agência de publicidade, que auxiliará na definição do conceito, da mensagem a ser transmitida à sociedade, aos pais e aos educandos, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância da educação financeira.
	Iniciativas de comunicação voltadas a profissionais da área de Educação	Educadores e gestores dos sistemas de ensino público, das escolas privadas, das associações e dos Conselhos de Educação	Tendo em vista que a proposta da ação é levar a ENEF ao conhecimento dos públicos envolvidos com educação, propõe-se a participação anual em fóruns da Undime e Consed, bem como em seminários, feiras e congressos voltados à educação. Devem ser veiculados anúncios em revistas voltadas para o segmento educacional com os propósitos de divulgar a ENEF e de indicar onde os interessados podem obter informações. Além dessa iniciativa, propõe-se elaborar e distribuir, por mala-direta e e-mail marketing, materiais informativos que explicarão a ENEF em linhas gerais e terão como objetivo indicar os próximos passos a serem adotados pelas escolas que tiverem interesse em inserir a educação financeira em sua proposta pedagógica.
02. Formação de Professores	Desenvolver recursos didáticos para capacitação à distância	Profissionais da Educação Básica	Serão distribuídos materiais e recursos didáticos na forma de *kits*, para auxiliar o entendimento e a disseminação dos conceitos de educação financeira. O *kit* será composto por: a) Curso de Educação Financeira, que abordará os seus principais conceitos e servirá como ferramenta de ensino aos professores. Ao final do curso, o docente passará por avaliação e receberá certificado para enriquecer seu currículo; b) Folheto que explicará a importância da educação financeira para o pleno exercício da cidadania; c) Documento estratégico produzido pelo GAP como subsídio para inserção da educação financeira das escolas; d) Orientações para elaboração de plano de trabalho sobre educação financeira, uma vez que cada professor desenvolverá planos de acordo com as propostas pedagógicas definidas pelas instituições de ensino em que atuam.
	Instituir grupos setoriais	Profissionais da Educação Básica	Serão constituídos grupos setoriais, compostos por pedagogos e profissionais da área de Educação, que acompanharão todas as atividades realizadas para capacitação dos professores. Os grupos deverão acompanhar a realização do curso pelos professores cadastrados, bem como os processos de avaliação qualitativa e quantitativa, dentre outras atribuições. Para tornar viáveis os grupos tutoriais, deverão ser consideradas as redes existentes de formação à distância, como a Universidade Aberta do Brasil.
	Constituir fórum virtual para troca de informações entre os profissionais da área de Educação e os grupos tutoriais	Profissionais da Educação Básica	Visando facilitar o contato entre os professores em processo de capacitação e os grupos tutoriais, deverá ser instituído fórum de discussão no portal da internet da ENEF, <www.vidaedinheiro.gov.br>. A responsabilidade pelo acompanhamento do fórum será dos grupos tutoriais, que identificarão dúvidas freqüentes, tópicos de melhoria, bem como colocação em pauta, de forma periódica, novos temas para discussão. Além de promover a troca de informações, o fórum será importante para avaliação dos

02. Formação de Professores			materiais e cursos de capacitação desenvolvidos, do andamento dos processos de formação e de identificação dos pontos a serem aprimorados.
	Incentivar a formação continuada de professores, abordando a temática da educação financeira	Profissionais da área de Educação	Articulação com o MEC/Capes para implementação de cursos por meio de programas existentes, que possibilitem aos profissionais da Educação desenvolver pesquisas que abordem a temática da educação financeira; Articulação com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por intermédio de seus fóruns, para propor a inserção do tema educação financeira nos cursos de licenciatura, extensão, especialização e pós-graduação.
03. Ações de implementação	Instituir equipes de relacionamento	Educadores, diretores de estabelecimentos	As equipes serão responsáveis pelo relacionamento com os gestores de estabelecimentos de ensino e apoiarão, no que for necessário, na implementação da educação financeira, por exemplo, atendendo a possíveis dúvidas dos interessados acerca da implementação e divulgando as melhores práticas implementadas em cada localidade. As equipes de relacionamento serão o canal de comunicação com os estabelecimentos de ensino.
	Distribuir os *kits* de capacitação de professores	Profissionais da Educação Básica	Todo o material desenvolvido para capacitação de professores estará disponível no portal da internet da ENEF <www.vidaedinheiro.gov.br> e em material físico que será distribuído às Secretarias de Educação estaduais e municipais e às equipes de relacionamento, que auxiliarão na entrega do material para as escolas.
	Firmar parcerias com autores e editoras que desenvolvem materiais didáticos	Autores e editoras que desenvolvem materiais didáticos	Propor aos autores e às editoras que elaboram e produzem materiais didáticos a inserção da educação financeira em seus conteúdos, de acordo com a estratégia estabelecida no documento (Orientações para a Educação Financeira nas Escolas) elaborado pelo GAP.
	Desenvolvimento de projeto piloto	MEC, Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino	Propõe-se a realização de projeto piloto antes de ampliar a ENEF para todo o país, para avaliar a efetividade das ações de formação de professores e de implementação da educação financeira nas escolas e para identificar se elas trarão os resultados esperados e evidenciarão os pontos a serem aprimorados. As escolas participantes do Programa mais Educação no macrocampo denominado Educação Econômica e Cidadania selecionadas que optarem por esse macrocampo receberão *kits* de materiais para desenvolverem suas atividades. O projeto piloto será realizado de forma gradativa, em 2009 o material produzido para as escolas será aplicado em pequenos grupos para validação. O material aprovado, que contemplará as alterações identificadas como necessárias, será aplicado em 2010 para amostragem maior. Ao longo de 2009 e no início de 2010, serão envidados esforços para instituir o sistema de monitoramento contínuo e de avaliação.
	Estabelecer ferramentas para	Profissionais da Educação Básica que	Para essa fase de implementação, a proposta é a constituição de um fórum no *site* oficial da ENEF, para promover troca de experiências entre professores participantes do piloto,

03. Ações de implementação	promover a troca de informações entre os profissionais da Educação participantes do piloto	participarem do piloto	que poderão informar ações que produziram melhores resultados, aquelas cujo desempenho não foi tão positivo quanto se esperava, o motivo dos resultados pouco satisfatórios e a opinião dos docentes nesse processo, bem como o retorno obtido por parte dos alunos.
04. Ações de expansão da ENEF	Implementar a educação financeira em Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino interessados	Secretarias de Educação e estabelecimentos de ensino	Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino que não participaram do piloto e tiverem interesse em inserir a educação financeira em suas propostas pedagógicas receberão as orientações necessárias por meio do *site* oficial da ENEF e das equipes de relacionamento atuantes na região.
	Ampliar as ações utilizadas no projeto piloto e adotar outras para promover a troca de informações entre os profissionais da Educação que aderirem à educação financeira nas escolas	Profissionais da Educação Básica que aderirem à educação financeira nas escolas	A proposta é que o fórum constituído para troca de informações entre os professores durante o piloto se torne permanente e seja aberto a todas as escolas que aderirem à ENEF. Devem ser promovidos também encontros anuais por meio do fórum permanente entre escolas, com o intuito de reunir professores que implementarem a educação financeira para apresentação de casos e oferecer oportunidades para troca de experiências, bem como estimular a implementação do tema por outros estabelecimentos de ensino e por outros docentes. Propõe-se a apresentação de alguns exemplos de sucesso implementados nas escolas e os principais resultados obtidos pela ENEF.
	Reconhecimento das Secretarias de Educação e dos estabelecimentos de ensino e dos professores que adotarem a ENEF	Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino públicos e privados de todo o país	Fornecer reconhecimento às Secretarias de Educação estaduais e municipais, bem como aos estabelecimentos de ensino e aos professores que adotarem a educação financeira nas escolas, como forma de estímulo e exemplo a outras instituições e docentes. Tal ação será por meio de selo de reconhecimento aos estabelecimentos de ensino que inserirem a educação financeira em suas propostas pedagógicas e tiverem comprometimento de continuidade, acompanhamento e mensuração efetivos. Além do selo de reconhecimento para as escolas, será fornecido um selo de excelência às escolas que alcançarem determinado grau de efetividade nas suas ações, de acordo com critérios de avaliação posteriormente definidos.
05. Ação de controle e avaliação	Avaliar os resultados de forma qualitativa e quantitativa	Profissionais da Educação Básica e alunos de estabelecimentos de ensino que adotarem a educação financeira nas escolas	Para avaliar os resultados qualitativos a proposta é selecionar estabelecimentos de ensino distintos, públicos e privados, que receberão acompanhamento durante a realização das atividades previstas para formação de professores e implementação da EFEF nas escolas. Serão estabelecidos quesitos e metas, que poderão evidenciar a mudança de comportamento. Para percepção dos resultados serão comparados grupos que tiveram acesso ao material com aqueles que não foram submetidos ao conteúdo da educação financeira, a fim de avaliar o que foi interiorizado.

As ações apresentadas no Plano Diretor da ENEF para inclusão da educação financeira nas escolas mostram-se bastante coerentes com o objetivo inicial, pois prevê inicialmente a promoção de campanhas publicitárias para sensibilização da sociedade e dos profissionais da educação. A internet também deve ser utilizada no processo de execução e na gestão da ENEF com o aprimoramento do portal de referência da estratégia.

Os responsáveis pela estratégia precisam investir mais esforços nessa diretriz da estratégia, visto que ao comentar acerca do tema do presente estudo com o público em geral, percebo o desconhecimento acerca da matéria, que para esta que vos escreve foi facilitado, tendo em vista a estreita ligação do tema com sua área profissional.

Na seqüência são propostas também ações para formação dos professores que se torna premente, considerando que a temática ora proposta além de ser de difícil compreensão, ainda não faz parte do cotidiano dos docentes em todo país, realidade esta que se busca inverter com a implementação da ENEF. São propostas, dentre outras, ações de educação à distância e de educação continuada, tais iniciativas demonstram o grau de envolvimento da estratégia com o momento atual vivido pelo país.

Dentre as ações de implementação destaca-se a aplicação de projeto piloto nas escolas que será abordado mais detalhadamente em capítulo específico na seqüência. Ainda visando a implementação a rede de relacionamento com os professores por meio do site maximiza as chances de sucesso, visto que serão eles os grandes disseminadores da estratégia. As parcerias com autores pretende ampliar o material didático da ENEF, e por fim a troca de experiências facilitada pelo fórum no portal na internet intenta aprimorar as ações.

Visando a ampliação buscar-se-á aumentar a quantidade de secretarias de ensino que aderentes à ENEF, bem como a ampliação das ações integrantes do projeto piloto e a troca de informações entre os profissionais da educação.

Como ação de expansão, a fim identificar as ações integrantes da estratégia, foi proposta a confecção de um selo de reconhecimento a ser concedido às entidades que estiverem de acordo com as diretrizes e objetivos da estratégia.

Considerando que compreendem a ENEF os programas e ações executados pela entidade coordenadora, por entidades públicas e privadas que aderirem a ela e pelos órgãos governamentais.

Uma sistemática de avaliação será efetuada e receberão o selo apenas ações gratuitas para o usuário final, sendo que a utilização dessa marca busca ainda ser uma forma de fomentar a participação de mais entidades públicas e privadas na execução e disseminação da ENEF, bem como na forma de divulgação da estratégia para um público maior que vá além dos limites do universo escolar.

Por fim, para avaliação da ENEF propõe-se o acompanhamento das instituições quantitativa e qualitativamente com o estabelecimento de metas e indicadores de desempenho. A proposta de comparação dos resultados daqueles que tiveram acesso ao material da ENEF com os que não tiveram esse acesso pretende sabiamente aferir o que foi interiorizado pelos alunos.

De forma geral, as propostas apresentadas são coerentes com o propósito inicial da ENEF e percebe-se que as ações buscaram preencher todas as áreas nas quais a estratégia pudesse ser inserida, e as ações de expansão e avaliação mostram a intenção de freqüente aprimoramento da proposta apresentada. Abordaremos a seguir as ações voltadas para o público adulto.

3.4.2 – Educação Financeira para Adultos

Em linha com o trabalho desenvolvido referente a educação financeira nas escolas, a ENEF traz também diretrizes para a educação financeira dos adultos que deverão abordar os objetivos educacionais a serem alcançados e os conceitos e produtos aplicáveis a cada situação no campo educacional, visando a mudança no grau de conhecimento e no comportamento dos cidadãos.

Essas orientações devem ser flexíveis, a ponto de poderem ser aplicadas aos diversos públicos-alvo, considerando-se a capacidade de compreensão de cada indivíduo, conforme segmentação requerida na alínea “a” do § 1º do art. 5º da Deliberação nº 03 do COREMEC:

> *"[...]*
> *a) público-alvo a ser atingido,* ***estabelecendo a devida segmentação****, conforme a prioridade sugerida: por faixa etária (crianças, jovens, adultos e terceira idade), escolaridade (fundamental, médio, superior e pós-graduação), de renda (classe econômica), por atividade (pequenos e médios empreendedores, trabalhadores, professores, profissionais de mercado, gerentes de bancos, magistrados, membros do Ministério Público etc.) ou por região;" (grifamos)*

Considerado os diversos fatores que interferirão na disseminação da educação financeira para adultos, a ENEF relacionou alguns públicos-alvo, temas e ações que podem ser objeto dos programas no âmbito da educação financeira para adultos, quais sejam:

a) Públicos-alvo: militares; servidores públicos; trabalhadores formais e informais; profissionais liberais; estudantes universitários; donas de casa; desempregados; aposentados; trabalhadores rurais; beneficiários de programas sociais; brasileiros residentes no exterior; outros.

b) Temas: inclusão financeira; proteção ao consumidor; finanças pessoais; noções de Economia; noções do sistema financeiro nacional; crédito e microcrédito; consumo consciente; previdência; preparação para a aposentadoria; investimentos; seguros; capitalização; outros.

c) Ações: portal; palestras; publicações e cartilhas; seminários; encontros regionais; concursos; centrais de atendimento; campanhas publicitárias; cursos; programas de televisão; programas de rádio; feiras; espaços culturais; visitas programadas; outros.

Pode-se constatar que deverá ser desenvolvido pela entidade coordenadora da ENEF um plano de ações de curto, médio e longo prazo, contemplando a educação de adultos no Brasil e para os brasileiros residentes em outros países. Esse plano deverá conter, pelo menos, as seguintes ações:

a) Formação de tutores e multiplicadores – Para alavancar as ações de estratégia, é fundamental capacitar grande número de pessoas que possam multiplicar conhecimentos de educação financeira para diversos públicos. Grupos tutoriais serão constituídos para atuar na formação e no

acompanhamento desses multiplicadores, esclarecendo dúvidas, participando de fóruns de discussão e de processos de avaliação das ações realizadas;

b) Constituição de fórum virtual – Desenvolvimento de espaço no portal da ENEF, com a principal finalidade de fomentar discussões entre tutores e multiplicadores sobre temas de interesse da educação financeira, esclarecendo dúvidas e identificando pontos de aprimoramento da ENEF;

c) Promoção de cursos sobre temas de educação financeira – Desenvolvimento de cursos presenciais e a distância sobre temas específicos de educação financeira, conforme o público alvo.

A ENEF para o público adulto traz como fundamental a formação de parcerias com entidades diversas, públicas e privadas, que já desenvolvam ou que tenham condições de desenvolver ações de educação financeira. Nessa diretriz, são apresentados a seguir alguns possíveis parceiros para disseminação da ENEF ao público adulto:

a) Ministério da Justiça, por meio da atuação dos Programas de Orientação e Proteção ao consumidor (Procons) – pode contribuir com a disseminação de informações a respeito dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização;

b) Ministério da Justiça, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, responsável pela capacitação dos atendentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Sindec), poderá efetuar treinamentos, cursos e palestras que abordem conceitos e regras de funcionamento dos mercados abrangidos pela ENEF;

c) Ministério da Defesa – proposição de ações ao público militar por serem um estrado fortemente organizado do público-alvo adulto devem ser priorizados. As ações podem ser ministradas de forma transversal, no âmbito da ação regular já existente e desenvolvida normalmente nas Forças Armadas;

d) Ministério do Desenvolvimento Social, por meio do programa Bolsa Família, que proporcionou a cerca de 11 milhões de famílias, em todo Brasil, melhores condições sociais e financeiras, percebeu a importância de oferecer educação financeira aos beneficiários diretos e indiretos dessa iniciativa;

e) A Universidade Estadual Paulista (Unesp) mostrou interesse em desenvolver duas linhas de ação. Uma voltada para construção de uma disciplina relacionada à gestão de finanças pessoais, a ser ministrada como optativa nos cursos de graduação da Universidade. Foi considerada também a possibilidade de essa ação alcançar seus servidores e professores. Outra voltada para os alunos da Unesp, na forma de disciplina eletiva, que contenha conceitos do mercado financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

f) Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), por meio do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) em atuação conjunta com as Secretarias de Educação estaduais e municipais, com a Controladoria Geral da União (CGU) e com as Secretarias de Fazenda e possibilita a disseminação da educação fiscal nas escolas e para adultos, com foco na cidadania.

As propostas apresentadas para aplicar a educação financeira ao público adulto pretendem inicialmente se inserir e acompanhar as iniciativas de outras instituições que já desenvolvem a temática. Neste contexto resta pendente a apresentação de plano de ações para esse público. Tal plano poderia buscar sua inserção também nas escolas no segmento de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que poderia se beneficiar muito com as contribuições da educação financeira, visto se tratar de público de adultos.

3.5 – ENEF – AVALIAÇÃO

A seguir abordaremos a sistemática de avaliação pensada para medir os avanços da ENEF.

Pudemos observar que para acompanhamento do desempenho das ações da ENEF e o alcance de seus objetivos, a avaliação deverá ser isolada das ações e da ENEF em sua totalidade. O processo de avaliação deverá abordar além da eficiência e eficácia, sua efetividade, pois é a forma objetiva de se analisar se a ação produziu, de fato, alguma mudança duradoura de comportamento nos indivíduos.

Para tanto, o Brasil deve considerar os estudos desenvolvidos no âmbito da OCDE e do Banco Mundial para a construção de seu modelo de avaliação e acompanhamento das ações da ENEF, tendo em vista a carência de ferramentas e metodologias consolidadas de avaliação e controle.

Sabe-se que a principal dificuldade para elaboração de metodologia de avaliação decorre do fato de que a efetividade da educação financeira somente é perceptível com a mudança de comportamento em relação ao uso do dinheiro e os hábitos de consumo, que somente é mensurável em médio e longo prazo, por meio de efetivo e sistemático acompanhamento de grupos de controle.

Para a elaboração da citada metodologia de avaliação, deverão ser considerados os seguintes itens:

a) Especificar claramente os resultados e objetivos a serem alcançados em curto, médio e longo prazo;

b) Selecionar indicadores de monitoramento e avaliação tanto de implementação como de resultados. Esses indicadores devem ser claros, medir adequadamente os resultados, estar disponíveis por custo razoável e ser passíveis de validação de forma independente;

c) Estabelecer uma linha de base, ou seja, medir o estágio dos indicadores antes da implementação da ação ou programa;

d) Estabelecer datas para atendimento das metas e dos objetivos;

e) Coletar dados e calcular indicadores freqüentemente, para avaliar se as metas estão sendo atingidas. Essas medidas devem ser estáveis no tempo e no espaço de modo que possam ser comparáveis;

f) Analisar os resultados para verificar se as metas e os objetivos estão sendo atingidos, checando até se os recursos estão sendo movimentados de forma eficiente;

g) Planejar ações de correção para que as metas e os objetivos sejam atingidos.

Por fim, será necessária a realização de uma avaliação de impacto, que vise medir se a alteração nos indicadores tem realmente causa no projeto implementado. Para atingir tal objetivo, a entidade coordenadora da ENEF deverá basear-se em métodos bem-sucedidos de avaliação e modelos utilizados em outros programas de educação financeira do mundo, de modo que seja possível, no futuro, comparar a evolução da educação financeira no Brasil com a de outros países.

Essa proposta faz-se de enorme relevância, a fim de que com os dados coletados e compilados corretamente o modelo brasileiro esteja apto a ajudar outros países a desenvolver sua rede de educação financeira futuramente.

CAPÍTULO 4 – O PROJETO PILOTO DA ENEF - A INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E PROPOSTAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

4.1 - O PROJETO

Visando avaliar a efetividade das ações de formação de professores e de implementação da educação financeira nas escolas e para identificar se elas terão os resultados esperados e se evidenciarão os pontos que devem ser aprimorados, foi desenvolvido projeto piloto antes de ampliar a ENEF para todo o país, sobre o qual trataremos a partir de agora.

O projeto teve como público-alvo o além do Ministério da Educação (MEC), as Secretarias de Educação estaduais e municipais e estabelecimentos de ensino públicos e privados. Devendo a quantidade de escolas refletir a realidade do Brasil.

Dessa forma, o projeto foi inserido no Programa Mais Educação, no macrocampo denominado Educação Econômica e Cidadania. As escolas selecionadas que tivessem optado por esse macrocampo receberão o material didático para desenvolverem suas atividades. Também foi realizada ação para sensibilizar os diretores das escolas para selecionar o citado macrocampo, e assim, estarem inseridas no projeto piloto.

O projeto teve início em 2009 com a aplicação do material didático confeccionado para utilização nas escolas, em pequenos grupos para validação. O treinamento dos professores também constou no início do projeto, tendo em vista que eles foram os grandes disseminadores do tema em sala de aula aplicando o material recebido na escola.

Em seguida, o material aprovado, que contemplou as alterações identificadas como necessárias de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos, foi aplicado em amostragem maior no ano de 2010. Mais precisamente em agosto/2010 o projeto piloto teve início em aproximadamente 900 (novecentas) escolas e cerca de 27 mil alunos de 05 (cinco) estados voluntários, quais sejam: Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Tocantins.

O projeto piloto contou com alguns parceiros para a consecução de seus objetivos, são eles:

a) MEC: com a colaboração por meio do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP);

b) As Secretarias de Educação dos estados voluntários (CE, RJ, SP, TO e DF);

c) ANBIMA: apoio na distribuição de *kits* às escolas interessadas;

d) Banco Mundial: responsável pela Avaliação de Impacto do projeto piloto;

e) BM&FBOVESPA: como relatora da proposta da educação financeira nas escolas, em seu site, com a publicação livros, a distribuição de *kits*, a publicação de testes e questionários;

f) FEBRABAN: com *coaching on-line* e apoio na distribuição dos *kits*;

g) Instituto Unibanco: integrador de conteúdos e Orientações para a educação financeira na escola, modelo conceitual, capacitação, programa de incentivos, monitoramento e matriz para avaliação de conhecimentos.

O projeto foi concebido da seguinte forma, as escolas foram separadas e somente metade delas teve acesso ao material da educação financeira, para percepção dos resultados alcançados, comparou-se o grupo que teve acesso ao material, chamadas de escolas de tratamento, com aquele que não foi submetido ao conteúdo da educação financeira, chamadas de escolas de controle.

O projeto piloto previu a realização de avaliações futuras com o apoio de instituições com *expertise* em avaliação de projetos, como o Banco Mundial e a OCDE, que poderão apoiar tecnicamente o desenvolvimento da metodologia de análise. Esta avaliação visa permitir a mensuração dos produtos, efeitos e impactos do programa na consecução de seus objetivos, de curto, médio e longo prazo, com uma linha de base previamente estabelecida. Alguns dos objetivos a serem definidos poderão ser a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades no curto e médio prazo, e a mudança comportamental no longo prazo, como por exemplo, a utilização efetiva dos conhecimentos adquiridos em situações da vida cotidiana. A avaliação de impacto do projeto piloto ocorreu foi efetuada pelo Banco

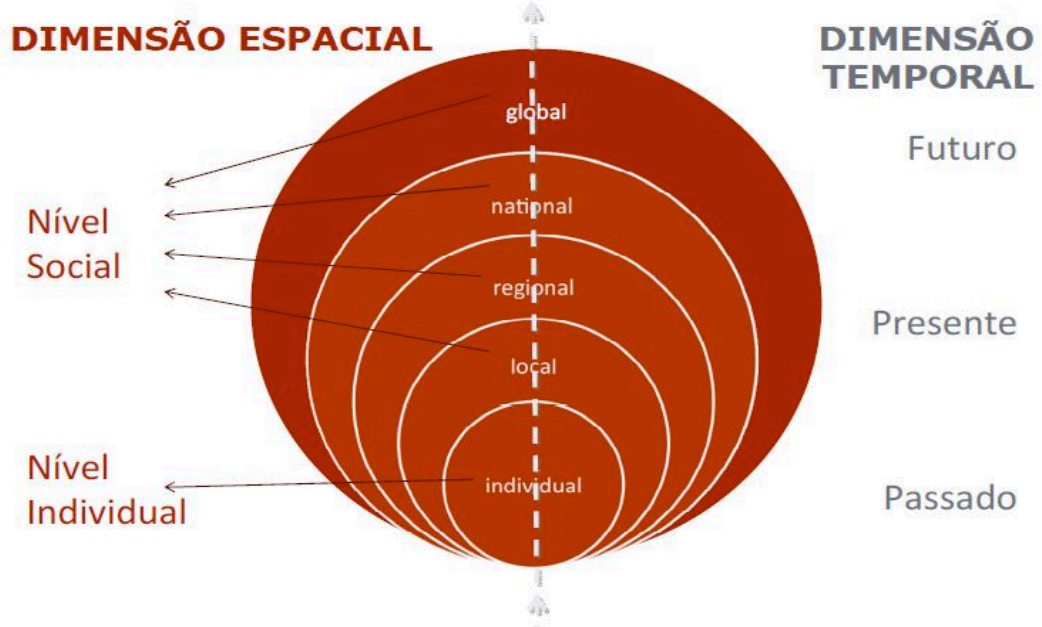
Mundial e divulgada em maio/2011, cujos resultados serão brevemente abordados a seguir.

4.1.1 – Material Didático

Não poderíamos deixar de tratar do material didático desenvolvido para aplicação da educação financeira nas escolas, que foi elaborado para atender a dois públicos: alunos e professores. Os materiais didáticos para os alunos serão variados e distribuídos nas escolas. Os professores deverão receber orientações de aplicação dos materiais e de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Atendendo ao modelo conceitual de introdução do tema nas escolas, amplamente abordado no anexo do Plano Diretor da ENEF, os materiais têm como base as dimensões espacial e temporal da educação financeira. Em relação à dimensão espacial, considera-se a mobilidade e a circunscrição, de modo que os alunos se deparam com situações que os prepare para cuidar das questões financeiras nos espaços adequados e, ao mesmo tempo, para buscar soluções em outros espaços. Em relação à dimensão temporal, lembra-se a importância de conectar as ações do presente com o alcance de metas e sonhos e, ao mesmo tempo, de compreender problemas e acertos do presente como conseqüências de decisões do passado.

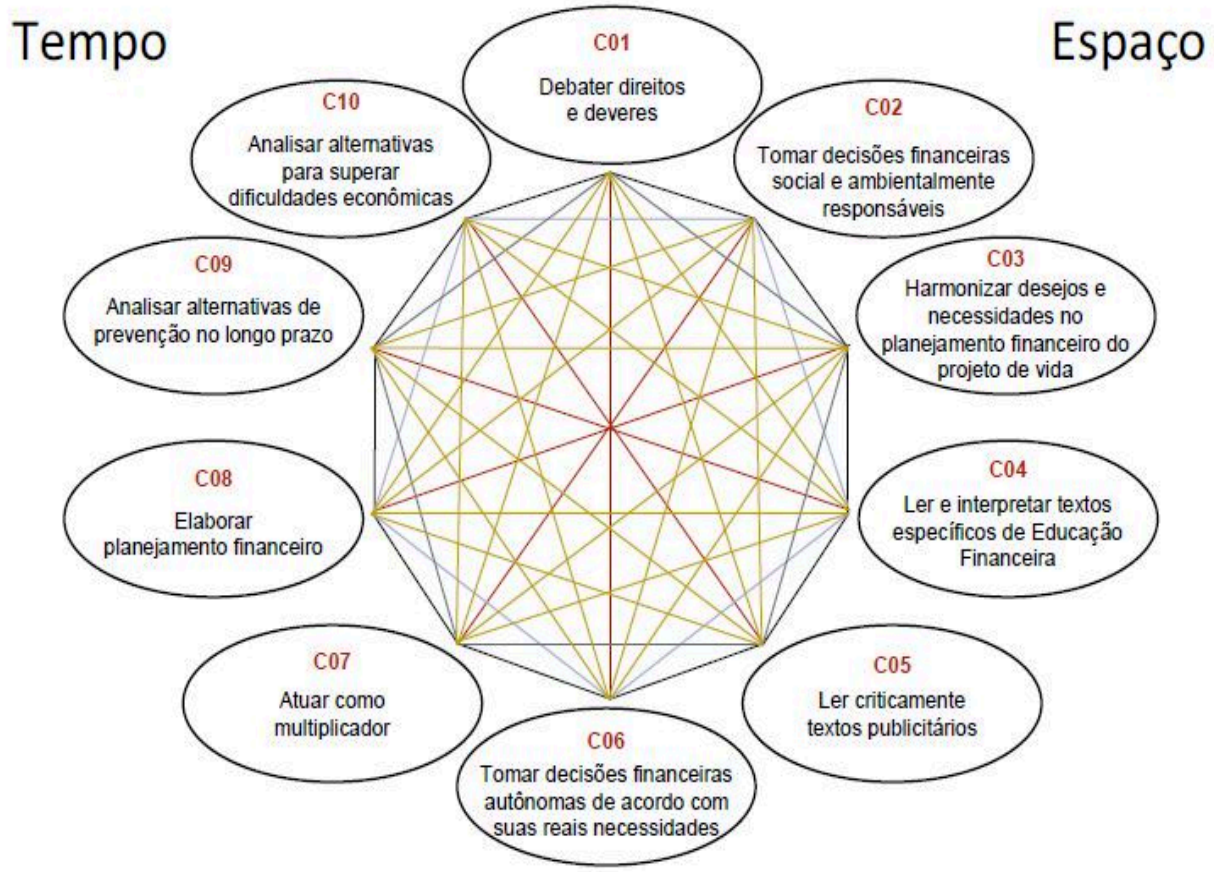
Figura 15. Dimensões espacial e temporal da educação financeira.



Para atender a tais demandas os materiais didáticos foram desenvolvidos guardando as seguintes características: exploração dos conceitos de vida dos alunos nos planos individual e social, cuidando para ser relevantes e que envolver ações e decisões que precise tomar de fato em curto prazo; apresentação de situações de aprendizagem variadas, que podem ser utilizadas de diferentes formas e com diferentes abordagens, em todas as áreas do conhecimento; indicação de atividades que envolvem a comunidade; uso de recursos lúdico-pedagógicos adequados à faixa etária e aos conteúdos; constituição de rotas de navegação com base nas quais o professor pode organizar as opções de atividades para suas aulas ou projetos; exploração dos conhecimentos prévios dos alunos; respeito à diversidade e as diferenças regionais; facilidade de customização aos diferentes contextos e de atualização, quando necessário, e exploração dos recursos tecnológicos.

Segue abaixo a matriz elaborada em consonância com as dimensões espacial e temporal da educação financeira, na qual contem as competências a ser desenvolvidas:

Figura 16. Matriz de competências da educação financeira



Restou orientado também que esses materiais poderiam utilizar diferentes suportes, linguagens, mídias e formatos, do impresso ao digital, com objetivos didáticos diversos.

Neste sentido o Livro do Aluno é composto de 72 (setenta e duas) Situações Didáticas que são compostas por conteúdos formais e sociais, atividades e perguntas autoavaliativas. Já o Livro do Professor é espelho do Livro do Aluno, mas conta ainda com as orientações didáticas e conteúdos formais complementares.

Figura 17. Material Didático da ENEF: Livro do Aluno

O Livro do Aluno foi organizado sob a ótica do aluno e traz situações de vida diária com proficiência em leituras de notícias relativas ao mundo financeiro nos meios de comunicação. É autoexplicativo e dialoga com o aluno com a intenção de que ele possa disseminá-lo junto à sua família e à sua comunidade. Sua leitura é não linear, possui linguagem verbal, não verbal e mista e possui uma autoavaliação ao final de cada situação didática.

O Livro do Professor por sua vez traz orientações metodológicas para a aplicação das situações didáticas em sala de aula, e é acessível aos professores de qualquer disciplina. Traz ainda abundante material de conhecimentos formais, cobrindo todo o universo da educação financeira.

Foram impressos no total 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) Livros do Aluno e a mesma quantidade de Cadernos do Aluno que acompanha o livro e traz formulários e espaços especiais para realizar algumas atividades propostas no livro. O Livro do Professor teve 3.000 (três mil) impressões e foi confeccionado um total de 650 (seiscentos e cinquenta) *kits* para as escolas. A distribuição dos *kits* ficou assim dividida: SP: 170 em 22 localidades, RJ: 125 em 89 localidades, DF: 19 em 18 localidades, CE: 75, TO: 17, e Escolas do Instituto Unibanco: 98.

4.1.2 – Avaliação de Impacto do Banco Mundial ao projeto piloto de inclusão da educação financeira nas escolas

A avaliação de Impacto do projeto piloto aplicado nas escolas foi realizada pelo Banco Mundial, e foi concebida em três fases. A Fase I teve início antes do início do projeto em sala de aula e contou com os seguintes instrumentos:

a) Teste para retratar como os alunos estavam em relação às competências que devem ser desenvolvidas (matriz de competências);

b) Levantamento do perfil sócio-demográfico,

c) Aplicação de 03 (três) questionários para os alunos: (1) para retratar a escala de autonomia dos avaliados, (2) para estimar a intenção dos avaliados em adotar um comportamento específico, e (3) para construir mapas conceituais para identificar os principais conceitos associados a uma atitude específica relacionada à educação financeira, e

d) Aplicação de questionário de perfil para os responsáveis.

A Fase II trata da avaliação de mudanças nas competências e no comportamento dos avaliados que receberam os conteúdos de educação financeira, comparativamente aos alunos das escolas do grupo de controle. E a Fase III prevê o desenvolvimento de ação com os responsáveis pelos alunos das escolas de intervenção para identificar mudanças de comportamento entre aqueles que receberam algum estímulo associado à educação financeira (50%), e aqueles que não receberam (50% restantes).

A avaliação dos resultados das Fases I e II foram apresentados no workshop “Avaliação de Impacto do Projeto Educação Financeira nas Escolas em 2010”, promovido pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) e Pelo Banco Mundial, e realizado em 09 de maio de 2011, no Rio de Janeiro.

A análise possibilitou identificar mudanças significativas não apenas nos estudantes entrevistados, como também em seus familiares: os pais se tornaram mais propensos a incluir os filhos na tomada de decisão financeira familiar e discutir assuntos relacionados a dinheiro e ao orçamento doméstico. Tal fato vai ao encontro do que nos diz SAVOIA, SAITO e SANTANA (2001, p.5) quando afirmam que “a educação financeira pessoal é fundamental na sociedade contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio Cerbasi (2004) defende que existe ainda a possibilidade de educar os filhos dentro de casa. Por mais que a escola não instrua o aluno com relação a educação financeira pessoal, os pais devem compartilhar com os filhos decisões que envolvem dinheiro, como investimentos e planejamento para o futuro, explicando também as razões pelas quais aquelas decisões fora tomadas e levando o filho a refletir e aprender as variáveis que envolvem cada decisão, para que seja uma decisão acertada. Para tanto os resultados apontados nas famílias dos alunos atendidos pela ENEF se fazem tão relevantes.

Na primeira fase da pesquisa, em agosto/2010, os jovens e seus pais responderam a um questionário com cerca de 150 perguntas a fim de mensurar a percepção de conhecimento e atitudes em relação ao dinheiro. Ficou constatado, por exemplo, que 63,1% dos entrevistados costumam direcionar seus recursos com a compra de roupas, seguido por: lazer (45,7%), lanches (37,1%), alimentação (23,4%) e transporte (18,8%). Ainda na esfera do consumo, o levantamento informou que apenas 61% negociam a forma de pagamento, e 35% dos estudantes não pesquisam modelos ou marcas semelhantes antes de comprar. Os hábitos de poupança também foram avaliados: somente 15,7% costumam guardar dinheiro para projetos futuros.

Em prosseguimento, a segunda etapa do projeto consistiu em introduzir, nas escolas participantes, conceitos de educação financeira a partir de aulas ministradas

pelos professores que exploraram situações econômicas ligadas ao cotidiano dos alunos.

Contudo, conforme já abordado, para que existisse uma base de comparação, apenas metade dos jovens recebeu as atividades da ENEF e o material didático correspondente. Quatro meses após esse treinamento, o impacto dos resultados do projeto piloto nas escolas ficou comprovado.

Do grupo de 12 (doze) mil alunos que receberam aulas sobre educação financeira, 50% tiveram resultados 4,3 pontos acima da média daqueles que não receberam. Os estudantes que participaram do projeto aprenderam a lidar melhor com o dinheiro e o significado de inflação, taxa de juros entre outros conceitos.

A pesquisa demonstrou que o índice de alfabetização financeira após seis meses de aulas, em uma escala de 0 a 100, foi de 60,4 nas escolas onde houve o projeto, contra 56,1 nas 452 escolas onde a ENEF não foi aplicada, e esses 4,3 pontos de diferença são estatisticamente significativos e provam que os alunos de fato aprenderam mais.

Quando o estudo comparou os dois grupos, descobriu que os alunos que receberam conceitos financeiros desenvolveram mais habilidades para entender contextos econômicos, como a análise do orçamento familiar, por exemplo. O entendimento sobre o que era inflação, que antes era compreendido por 33% dos entrevistados, atingiu 36% dos alunos que tiveram as aulas da ENEF.

O estudo apontou também que estudantes do sexo feminino conseguiram obter um maior nível de alfabetização financeira, assim como alunos com melhor condição socioeconômica e com pais que atuam no setor formal da economia. Por outro lado, os níveis de conhecimento nesse tema ficaram menores em alunos que repetiram, pelo menos, um ano escolar e cujas famílias pertencem a grupos de baixa renda.

Os resultados da avaliação do Banco Mundial ao projeto piloto desenvolvido nas escolas no âmbito das ações da ENEF mostram-se extremamente satisfatórios, pois em curto espaço de tempo conseguiu traduzir os esforços em conhecimento para os alunos, pais e professores.

Os dados apresentados nos revelam que a sociedade brasileira está ávida por educação financeira, mesmo se tratando de temática de difícil compreensão, basta que iniciativas como as da ENEF cheguem ao grande público para que este corresponda às expectativas de aprendizado almejadas e alcançadas internacionalmente.

4.2 – AVALIAÇÃO DA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

O segmento de previdência complementar fechado[1] supervisionado pela então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) substituída pela atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) participou ativamente de toda a concepção da ENEF, inclusive com membro sempre efetivo na atuação do GT, bem como na implementação de seus conceitos e na manutenção de suas atividades atuando ainda na estrutura de governança da estratégia.

Nessa esteira, Bernheim e Garrett (2003) apresentam evidências de que a inclusão de programas de educação financeira nas empresas norte-americanas, a partir da década de 1980, vem estimulando o aumento da adesão aos planos previdenciários, como os 401 (k)s[2]. Além de expandir esses programas em outras

---

[1] A Previdência Social no Brasil é um sistema integrado, composto por três grandes regimes: o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (regimes especiais dos servidores titulares de cargo efetivo) e o Regime de Previdência Complementar, supervisionado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Os dois primeiros regimes são de caráter obrigatório para seus respectivos segurados, e via de regra se ancoram no regime de caixa (uma geração contribui para a outra). A Previdência Complementar - terceiro regime - tem a finalidade de proporcionar uma proteção previdenciária adicional ao trabalhador; por isso tem caráter facultativo e é administrada por entidades fechadas ou abertas de previdência. O regime financeiro é necessariamente o de capitalização. Disponível em: http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090119-102133-452.pdf

[2] Os planos 401(k) fazem parte de um grupo de planos de previdência conhecidos como fundos de pensão. Em 1978, o Congresso Americano resolveu que a população precisava de um incentivo para economizar mais para a aposentadoria. Os congressistas acreditavam que oferecendo uma opção de poupança e ao mesmo tempo diminuindo os impostos estaduais e federais, eles poderiam dar esse incentivo. Uma reforma tributária foi aprovada. Parte dela autorizava a criação de um imposto diferenciado para os planos de poupança dos empregados. O nome do plano deve-se aos números da seção e do parágrafo no código tributário federal: seção 401, parágrafo (k). A primeira versão do plano foi oficialmente aprovada pelo código tributário federal e regulamentações propostas foram emitidas em 1981. Em 1982, os contribuintes se beneficiaram pela primeira vez do plano. Levou quase 10 anos, mas finalmente as regulamentações foram publicadas em 1991. Disponível em: http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/planos-401k1.htm.

organizações, esse resultado contribui para campanhas em defesa da formação de poupança previdenciária, com base no conhecimento financeiro.

Sob esse tipo de inspiração, a instituição encontra-se arraigada da consciência de que a temática é de importância singular para o país, especialmente no que diz respeito à complementação da aposentadoria de sua população no futuro.

Como membro do então Conselho Gestor da Previdência Complementar (CGPC) substituído pelo atual Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão responsável pela regulação do segmento de previdência complementar no Brasil, a PREVIC incentivou a edição em 28 de abril de 2008, da Recomendação nº 01, que tratou sobre as ações de educação previdenciária no âmbito do regime de previdência complementar.

A iniciativa elaborada no bojo da temática da ENEF, considerou a necessidade de compatibilização das atividades de previdência complementar com as políticas previdenciárias e de desenvolvimento sócio-econômico, bem como de assegurar aos participantes e assistidos o pleno acesso às informações sobre a gestão de seus planos de benefícios.

Tal ato recomendou a elaboração de programa de educação previdenciária compreendendo ações e atividades desenvolvidas isolada ou conjuntamente com outros órgãos governamentais. Segundo a Recomendação CGPC nº 01, essas ações devem ser desenvolvidas em três níveis de atuação, quais sejam:

a) Informação: diz respeito ao fornecimento de fatos, dados e conhecimentos específicos;

b) Instrução: corresponde ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão de termos e conceitos, mediante treinamentos; e

c) Orientação: trata do provimento de orientações gerais e específicas para melhor uso das informações e instruções recebidas.

Foi recomendado também que a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), adequada ao seu porte e às características do plano de benefícios que administra, promova ações e programas de educação previdenciária

direcionados aos seus participantes (aqueles que estão na fase de acumulação de reservas), assistidos (aqueles na fase de recebimento de benefícios) e beneficiários (recebedores de pensão).

Visando incentivar a criação dos projetos de educação pelas EFPC, a Recomendação CGPC nº 01 autorizou à então SPC a dispensar as EFPC de encaminhar, em meio impresso, o relatório anual de informações, bem como outras obrigações de prestação de informações aos participantes, assistidos e à própria SPC, desde que seja comprovada a efetividade e a abrangência das ações de educação previdenciária.

Para atender ao mandamento acima, a SPC editou em 04 de setembro de 2009, a Instrução nº 32, que estabeleceu procedimentos a serem observados quando da análise de solicitação encaminhada pela EFPC para a dispensa do envio, por meio impresso, do relatório anual de informações aos participantes e assistidos. Essa Instrução determinou parâmetros mínimos para os projetos de educação financeira a ser desenvolvidos pelas EFPC, dos quais tratou os incisos de seu art. 3º, quais sejam:

> *"[...]*
>
> *I - descrição completa do programa e das ações de educação financeira e previdenciária que considere os três níveis de atuação previstos no art. 2º da Recomendação CGPC nº 01, de 2008;*
> *II - objetivo de cada ação do programa de educação financeira e previdenciária;*
> *III - identificação dos participantes e assistidos, por plano de benefícios, que serão atingidos pelo programa, bem como a forma e os meios de comunicação utilizados;*
> *IV - detalhamento de cada ação do programa de educação financeira e previdenciária, com os respectivos públicos-alvo e conteúdos, bem como a duração, quando aplicável;*
> *V - metas de implementação a serem atingidas;*
> *VI - cronograma de execução das ações do programa de educação financeira e previdenciária; e*
> *VII - descrição da metodologia de monitoramento e avaliação, para cada ação do programa de educação financeira e previdenciária, que contenha, no mínimo:*
> *a) os indicadores de monitoramento, que busquem comprovar a efetividade e abrangência das ações de educação financeira e previdenciária;*
> *b) as avaliações de implementação, que objetivam medir se as ações estão sendo executadas conforme previsto; e*

> *c) as avaliações de resultado, que visam analisar o impacto da ação ou do programa na compreensão pelos participantes e assistidos."*

Após o exame de regularidade do projeto apresentado, a SPC pode dispensar a EFPC de encaminhar os documentos já citados aos participantes e assistidos, e para a manutenção dessa autorização, a EFPC fica obrigada de encaminhar à SPC, até o dia 31 de janeiro do ano subseqüente, relatório que comprove a execução do projeto de educação financeira e previdenciária, por plano de benefícios, bem como os resultados obtidos no monitoramento e nas avaliações de cada ação.

Tal ação pioneira visa à desoneração da EFPC e representa ganho para a educação financeira e previdenciária do público-alvo dos adultos que fazem parte do segmento da previdência complementar fechada no Brasil. A seguir teremos uma avaliação mais quantitativa dos dados coletados nas propostas apresentadas visando o desenvolvimento da educação previdenciária.

Atendendo ao chamado de desoneração da Recomendação CGPC nº 01 no ano de 2009, 18 (dezoito) EFPC se propuseram a iniciar projetos de educação previdenciária para seus participantes, que representam 5% do total de EFPC, englobando um total de 87 (oitenta e sete) planos de benefícios o que representa 8% do total de planos de benefícios do sistema de previdência complementar fechado no Brasil. Do total de projetos apresentados 44% receberam aprovações e englobam 26 (vinte e seis) planos de benefícios.

No ano de 2010, 30 (trinta) EFPC apresentaram projetos, um aumento de 67% em relação ao ano anterior, que representavam 8% do total de EFPC naquele ano. Estas EFPC congregavam 109 (cento e nove) planos de benefícios, 10% do total de planos e 25% a mais que no período anterior. De todos os projetos apresentados 80% receberam aprovações e dizem respeito a 97 (noventa e sete) planos de benefícios.

Como podemos inferir, houve um aumento de 67% no total de projetos apresentados e de 25% nos planos englobados. Quanto aos aprovados o aumento foi de 200% nos projetos e de 11% nos planos atendidos por projetos de educação previdenciária.

Os participantes do total de 123 (cento e vinte e três) planos que tiveram projetos de educação previdenciária aprovados, grandes beneficiados, somam-se em cerca de 01 milhão de indivíduos, dos quais 61% são participantes ativos, 30% são assistidos, e 9% são recebedores de benefícios de pensão. A tabela 2 abaixo mostra a divisão de tal população por gênero e faixa etária:

Figura 18. Tabela 2: População dos planos de benefícios com projetos de educação financeira e previdenciária aprovados em 2009 e 2010

Gênero	Faixa Etária	Participantes Ativos	Assistidos	Beneficiários de Pensão	%
Feminino	até 24 anos	4%	0,1%	7%	4%
Masculino		4%	0,03%	30%	
Feminino	Entre 25 e 34	29%	0,1%	3%	17%
Masculino		25%	0,05%	8%	
Feminino	Entre 35 e 54	56%	28%	17%	42%
Masculino		56%	11%	16%	
Feminino	Entre 55 e 64	8%	57%	20%	21%
Masculino		11%	45%	17%	
Feminino	Entre 65 e 74	2%	10%	25%	10%
Masculino		3%	29%	15%	
Feminino	Entre 75 e 84	1%	4%	21%	5%
Masculino		0,9%	12%	11%	
Feminino	Maior que 85	0,2%	0,8%	8%	1%
Masculino		0,1%	2%	4%	
Total					100%

Fonte: Previc - B.O. Referência: dez/2010

A tabela permite-nos inferir que as pessoas na faixa etária de até 24 (vinte e quatro) anos representam somente 4% do total de pessoas abrangidas pelos projetos de educação financeira e previdenciária, em contraponto, a maior parcela está na faixa etária dos que tem entre 35 (trinta e cinco) e 54 (cinqüenta e quatro) anos, totalizando 42%. Essa idade é considerada por especialistas já avançada em termos de iniciar uma poupança para visando a complementação da aposentadoria, devendo ser diminuída ao máximo com planejamento financeiro de longo prazo.

Os dados aqui apresentados revelam a importância da disseminação da ENEF para a sociedade, tendo em vista que a cultura de poupar deve ser iniciada ainda na infância, pois os investimentos para usufruir de uma aposentadoria com os mesmos níveis da fase de acumulação remontam a anos de acumulação de recursos, e quanto mais cedo se inicia essa atividade, melhor será a qualidade de vida do indivíduo depois do período laboral.

Assim sendo, a louvável iniciativa dos órgãos regulador e fiscalizador do sistema fechado de previdência complementar dando prosseguimento ao que pretende a ENEF, bem como das EFPC em desenvolver projetos de educação financeira e previdenciária para seus participantes vai ao encontro da expectativa de aumento da poupança previdenciária do país, que representa ainda disponibilidade de recursos para investimentos.

Essa expectativa de aumento da poupança encontra atualmente e nos próximos anos, oportunidade singular, pois como mostrado anteriormente o Brasil atravessa atualmente um período de bônus demográfico, sendo que as ações propostas pela ENEF para os públicos adultos e de crianças levarão por meio da educação financeira as ferramentas para que essas pessoas possam potencializar o aumento da poupança interna do país.

4.3 - PROPOSTAS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme já tratamos, a ENEF se traduz em proposta de inclusão da educação financeira nas escolas e ao público adulto por meio de diversas instituições públicas. Entretanto, trata-se de uma iniciativa de livre escolha de cada instituição, ou seja, não se trata de obrigatoriedade de oferta pelas escolas, por exemplo.

Nesse sentido, a parte final desta pesquisa buscou identificar iniciativas do poder público em institucionalizar a educação financeira, ou seja, fazer com que sua aplicação nas escolas seja de cunho obrigatório.

Tais iniciativas encontram apoio numa pesquisa desenvolvida por Morton (2005) com alunos do ensino fundamental e médio dos Estados Unidos para verificar a eficácia da educação financeira nas escolas americanas apontou para um maior desenvolvimento cognitivo dos estudantes que tiveram acesso a informações financeiras. O autor concluiu que “a adoção da educação econômica e educação de finanças pessoais devem ir além de serviços superficiais e deve tornar-se parte integral do currículo escolar das crianças e jovens do ensino fundamental e médio” (MORTON, 2005, p. 67 apud MATTA, 2007, p. 63).

Durante a pesquisa, foram identificadas iniciativas somente para o público de crianças e jovens por meio da inclusão como disciplina obrigatória, por exemplo, para o público adulto não foi identificada nenhuma iniciativa de institucionalização, vamos a elas.

4.3.1 – Na esfera Federal

Assim sendo, a busca teve início no *site* da Câmara dos Deputados, que possibilita a pesquisa por palavras chave. Dessa forma, foi efetuada a busca pela expressão “educação financeira”, e foram mostrados 09 (nove) resultados. Dentre eles somente 01 (um) estava ainda em tramitação, os demais tinham sido todos arquivados.

Trata-se do Projeto de Lei nº 3401/2004, de autoria do Deputado Lobbe Neto do PSDB/SP, que propunha inicialmente criar a disciplina “Educação Financeira” nos currículos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio. A proposta foi inicialmente rejeitada pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) sob a alegação de que tal temática poderia estar incluída no ensino da matemática e aritmética, bem como de outras disciplinas, pelo seu caráter transversal e interdisciplinar.

Em segunda tentativa, o ilustre Deputado apresentou substitutivo ao Projeto de Lei que requeria a inclusão do tema Educação Financeira na disciplina de matemática nos currículos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio. Tal proposição foi ainda alterada pelo relator da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) que alegou que a proposta atingia diretamente a construção normativa do currículo de educação básica, e sugeriu que se endereçasse alteração à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ao invés de promulgação de lei isolada.

Por fim, o processo foi aprovado na CCJC em 1º de setembro de 2009, e remetido para apreciação do Senado Federal no dia 10 subseqüente, com a ementa de alterar a redação do art. 26 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 para acrescentar o parágrafo 7º, que determina que o tema educação financeira integra o currículo da disciplina Matemática.

No Senado Federal o Projeto de Lei recebeu o nº 171, de 2009 e foi encaminhado inicialmente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) onde recebeu alteração visando o tratamento da temática como tema transversal, tendo em vista que, embora o tema sugerido mereça atenção especial na tradicional disciplina matemática, a idéia da transversalidade indica a tentativa de construir uma ponte entre os conhecimentos aprendidos e as questões da vida real. Considerando ainda que essa abordagem assume estreita relação com a interdisciplinaridade, que questiona a segmentação entre as diferentes áreas de conhecimento e aponta para a necessidade de se buscar uma inter-relação entre temáticas tratadas em campos aparentemente distintos do saber. Foi sugerida ainda a alteração para que os efeitos da alteração proposta passassem a valer a partir de 1º de janeiro do ano subseqüente, a fim de evitar que a lei tenha efeitos imediatos, e de possibilitar a adaptação curricular pelas escolas.

Tal relatório foi lido e incluído na pauta da CE, porém sua apreciação foi interrompida por requerimento de realização de audiência pública com a finalidade de instruir o projeto. Na citada audiência foi requerida a anexação de outros projetos que tratam da temática de alteração curricular na LDB, a saber:

a) PLC 79/2009, iniciado na Câmara dos Deputados sob o nº 00235/2007, de autoria da Deputada Alice Portugal que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino médio, conteúdo que trate dos direitos da mulher;

b) PLS 31/2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque que propõe a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática "História e Cultura Indígena Brasileira", e dá outras providências;

c) PLS 143/2008, de autoria do Senador Geovani Borges, propõe alterar o § 5º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o conteúdo relativo aos primeiros socorros no ensino fundamental e médio;

d) PLS 155/2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, dá nova redação ao § 4º do art. 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo a incluir a obrigação de se desenvolver o conteúdo relativo aos aspectos históricos regionais e locais no ensino da História do Brasil;

e) PLS 371/2008, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicita alteração do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para introduzir no currículo do ensino fundamental e médio a obrigatoriedade de estudos sobre a Amazônia;

f) PLS 103/2009, de autoria do Senador Expedito Júnior altera a redação do inciso IV do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para inserir a disciplina Ética Social e Política nos currículos do ensino médio;

g) PLS 279/2009, de autoria do Senador Pedro Simon acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no ensino fundamental e médio, e nos cursos de formação de professores da educação básica, componente curricular dedicado ao desenvolvimento de valores éticos e de cidadania;

h) PLS 95/2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória a inclusão de componente específico de Práticas de Trabalho no currículo do ensino fundamental e médio;

i) PLS 232/2010, de autoria do Senador Belini Meurer altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na base curricular comum do ensino fundamental e médio o estudo dos aspectos geográficos, históricos e econômicos do Brasil, bem como de seus fundamentos legais, e

j) PLS 254/2010, de autoria da Senadora Níura Demarchi altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o estudo, no ensino médio, dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal.

A aprovação da tramitação em conjunto dos projetos acima listados ocorreu em 24 de março de 2011 pelo plenário do Senado Federal e encaminhou a matéria para apreciação da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com posterior envio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. Por fim, a matéria foi distribuída para relatoria da Senadora Lídice da Mata em 28 de setembro de 2011, e aguarda desde então a apresentação de relatório.

Importante destacar e parabenizar as iniciativas dos parlamentares que sugeriram a alteração da LDB para inclusão da temática da educação financeira nos currículos das escolas de todo país.

Entretanto, com pesar constatamos que a tramitação do Projeto de Lei nº 171/2009 em conjunto com outros 10 (dez) projetos de lei acima listados que, apesar de buscar simultaneamente alterações na LDB, tratam de temáticas totalmente distintas, pode adiar sobremaneira a apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional de projeto com temática tão relevante.

4.3.2 – Nas esferas Estaduais

4.3.2.1 – Em São Paulo

Na Assembléia Legislativa de São Paulo o Deputado André Soares propôs no ano de 2007 o Projeto de Lei que recebeu o nº 834, com a finalidade de incluir a disciplina "Educação Financeira" no currículo da rede pública estadual de ensino a partir do 2º ano do ensino médio, sendo obrigatória e eliminatória.

O Deputado justificou a propositura tendo em vista que o projeto de lei objetiva introduzir aos adolescentes das escolas estaduais de São Paulo o ensino de “Educação Financeira”, buscando orientar os alunos sobre a montagem de um planejamento das finanças pessoais de modo sustentável. Da mesma forma, a disciplina busca transmitir conceitos básicos de economia, estimulando hábitos de poupança e instruindo o aluno sobre as diversas formas de investimentos existentes no mercado, mostrando a importância de poupar e investir para o futuro. A adoção de princípios básicos de planejamento e controle financeiro irá possibilitar a esses

alunos o rápido alcance das metas estabelecidas, além do aprenderem a renunciar ao consumo imediato.

O projeto já teve aprovação de 03 (três) comissões da casa, tendo sido distribuído inicialmente para a Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR) manifestou-se favoravelmente à matéria com a solicitação de supressão do parágrafo único do art. 1º que trazia como aptos para ministrar a disciplina somente aqueles formados em ciências econômicas. A Comissão de Educação e Cultura (CEC) acatou a sugestão da CCJR e sugeriu que a disciplina fosse ministrada em conjunto com outras num prazo de 05 (cinco) anos, até que os professores da rede pública estadual estejam aptos a ministrá-la após submeterem-se a curso específico. A CEC sugeriu ainda que a disciplina seja iniciada no 1º ano do ensino médio, e que a lei entre em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Em prosseguimento, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) que manifestou-se favorável ao parecer da CEC e contrária ao Parecer da CCJR. O projeto então encontra-se pronto desde 06 de dezembro de 2011 para entrar na ordem do dia da Assembléia Legislativa de São Paulo.

4.3.2.2 – Em Minas Gerais

Em Minas Gerais o Projeto de Lei nº 698/2011 de autoria do Deputado Arlen Santiago após alguns trâmites foi desarquivado em março do corrente ano e aprovado em julho/2011 pela Comissão de Constituição e Justiça, na forma do Substitutivo nº 1, o qual altera a Lei nº 15.476, de 12 de abril de 2005, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio, para inclusão do tema educação financeira no inciso IX em seu art. 2º. O projeto aguarda o parecer da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Deputado justificou a proposta tendo que a inclusão do tema será de suma importância para a educação dos jovens, os quais poderão ser familiarizados com as noções básicas da educação financeira aplicadas ao planejamento, à execução, à avaliação e ao controle do orçamento pessoal e familiar. O objetivo primordial, portanto, é conduzir o jovem cidadão a um entendimento objetivo e prático da

importância do hábito da poupança, das formas básicas de investimento, do endividamento pessoal e familiar e do planejamento, visando a construção de um futuro próspero financeiramente, com maior qualidade de vida.

4.3.2.3 – Em Santa Catarina

O Projeto de Lei nº 0243.7/2011 foi apresentado em 22 de junho de 2011 pelo Deputado Darci de Matos inclui como atividade extracurricular obrigatória a disciplina intitulada “Educação Financeira” no currículo das Escolas Públicas e Privadas do Estado de Santa Catarina, e concede prazo de 01 (um) ano para que as escolas se adéqüem às determinações da lei após sua vigência.

O Deputado classificou a proposta como primeira necessidade atualmente, considerando a sensação de insegurança gerada por crises econômicas e o alto dinamismo da economia tem aumentado a preocupação das famílias em ensinar melhor aos seus filhos o valor do dinheiro, o consumo consciente e a importância de desenvolver um planejamento de suas finanças para seu desenvolvimento e o alcance de metas e objetivos. Dessa forma as crianças e jovens precisam ficar atentos e preparados para lidar com essas questões e, em resposta, as escolas precisam incluir a educação financeira nos currículos dos seus alunos. A inclusão da educação financeira para os estudantes vem de encontro a finalidade básica: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

O projeto tramitará está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e tramitará ainda pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

4.3.2.4 – No Rio Grande do Sul

O Deputado Luis Augusto Lara propôs o Projeto de Lei nº 206 em 28 de agosto de 2009, tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de incluir a temática Educação Financeira no currículo escolar das Escolas Estaduais de Ensino Médio do Rio Grande do Sul, a partir do período letivo seguinte

ao de sua publicação. Às escolas privadas e municipais de Ensino Médio fica facultativa a inclusão da temática nos respectivos componentes curriculares.

O Deputado considerou a proposta necessária tendo em vista se constatar na atualidade, a globalização, a inserção da economia brasileira no cenário mundial e a estabilização econômica ocasionaram profundas mudanças no mercado brasileiro, e o resultante desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e a sua complexidade demonstram que os indivíduos e suas famílias necessitam compreender, cada vez mais, os conceitos financeiros, para embasar as suas decisões de investimento e de financiamento, e maximizar o seu bem-estar econômico e social. Além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado quanto ao aspecto moral, de responsabilidade social, e de preocupação com a cidadania dos indivíduos, o papel a ser desempenhado no âmbito formal pelo Estado será de extrema importância para a propagação, fortalecimento e consolidação permanente da Educação Financeira, sendo a participação das escolas de grande relevância para o seu êxito.

4.3.3 – Na esfera Municipal

4.3.3.1 – Em Santos/SP

O Vereador Arlindo Barros propôs em maio/2011 o Projeto de Lei nº 62 que visa a inclusão da temática da educação financeira no currículo das escolas no âmbito do município de Santos, tramita atualmente na Comissão de Justiça e Redação e tem por objetivo preparar a criança para que saiba administrar, no futuro, suas finanças de maneira correta, evitando dívidas.

O objetivo da aula nas escolas de Santos é desenvolver a habilidade individual para a tomada de decisões apropriadas na gestão das finanças pessoais e familiares, despertar o interesse e a consciência sobre a gestão financeira pessoal e familiar, desenvolver a mentalidade e a atitude de economizar, investir e poupar, preparar as novas gerações para fazer uso inteligente e responsável do dinheiro e dos recursos disponíveis entre outros tópicos.

O conteúdo programático de informação e orientação sobre a Educação Financeira será elaborada pela secretaria municipal de educação, e as. aulas devem

ser desenvolvidas por meio de palestras, atividades interdisciplinares, leitura e interpretação de textos com informações referentes ao tema. Além disso, as aulas serão dadas por professores com conhecimento técnico na área e demais mestres interessados na temática.

4.3.3.2 – Semana da Educação Financeira em Anápolis/GO

Projeto de Lei da Vereadora Dinamélia Rabelo foi aprovado e sancionado em maio/2011 e institui a Semana da Educação Financeira do Município de Anápolis/GO. Ficou estabelecido que a segunda semana de agosto será marcada por eventos voltados ao que propõe a nova lei. A data foi escolhida para coincidir com o Dia do Economista, comemorado no Brasil em 13 de agosto.

A nova lei incentiva a sociedade organizada, por meio das entidades de classe, bem as instituições educacionais, igrejas, sindicatos e partidos políticos a realizarem campanhas alusivas à educação financeira e a proteção da economia popular. Ainda segundo a nova legislação, as campanhas terão a missão de informar a população sobre o funcionamento e realização de operações financeiras e de atividades de administração, oferecendo aos cidadãos “nortes como lucros, investimentos, débitos, reservas, câmbios e demais institutos relacionados à educação financeira”.

Em sua justificativa a vereadora ressaltou que o problema não acontece apenas com os aposentados, mas sim com cerca de 40% da população ativa do Brasil, dessa forma, investir em educação relacionada à questão financeira, irá colaborar para reduzir tais índices melhorando a qualidade de vida dos brasileiros.

Cabe registrar os cumprimentos aos ilustríssimos parlamentares pelas iniciativas de inclusão da educação financeira nos currículos das instituições de ensino das unidades da federação e de seus municípios, bem como parabenizar ao Município de Anápolis/GO por ter já aprovado a iniciativa proposta, e rogar para que as demais proposições sejam tão logo apreciadas e aprovadas pelas respectivas casas legislativas e sirvam de exemplo para as demais unidades administrativas que ainda não possui projeto de lei com tal finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de política pública destinada a elevar o grau de educação financeira da população é de relevância singular. A educação financeira também se destaca por ser um assunto bastante presente no cotidiano das empresas e pessoas, ainda é pouco discutido pela população brasileira por despertar pouca atenção nos meios acadêmicos, necessita-se então ampliar o desenvolvimento do conhecimento para sanar a baixa produção acadêmica e publicações científicas, e essa pesquisa pretende colaborar com este propósito.

No Brasil, assim como nos países mais desenvolvidos, a educação é parte integrante das políticas sociais e parte do núcleo do sistema de promoção social por sua capacidade de ampliar as oportunidades e resultados para os indivíduos e famílias, além de ser elemento estratégico para o desenvolvimento econômico. Por isso, absorve grande quantidade de recursos públicos.

Isto posto, percebe-se com a presente pesquisa que as medidas para proteger os consumidores dos produtos financeiros, por meio de regulação, fiscalização e sanção, serão tanto mais efetivas quanto maior for a sua sincronia com os esforços educacionais.

Nesse sentido, a ENEF incorpora a importância da educação financeira no contexto atual do Brasil. Propõe, assim, estabelecer política pública de Estado, elaborada em momento histórico que o governo e a sociedade organizada adotam medidas para atenuar os efeitos locais de grave crise financeira internacional. Tem caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada por meio de gestão centralizada e execução descentralizada. Além de sensibilizar a iniciativa privada a investir em projeto de educação pública, pois os retornos no médio e longo prazo serão sentidos pelas instituições financeiras de todo país.

Além disso, a existência de maior grau de conhecimento de finanças pessoais tende a promover uma maior inclusão de segmentos da população que estejam à margem do sistema financeiro, além de contribuir para a formação de poupança. A educação pode atuar também diretamente nas variáveis pessoais e sociais, contribuindo para formar ou amadurecer uma cultura de planejamento de vida, capaz

de permitir que a pessoa, conscientemente, possa resistir aos apelos imediatistas e planeje no longo prazo as suas decisões de consumo, poupança e investimento.

Dessa forma, a educação financeira entra no mundo escolar para ajudar o aluno a desvendar as chaves da organização social em torno do mundo financeiro, com vistas a prepará-lo para usufruir dos benefícios de tal organização, ao mesmo tempo em que procura ajudá-lo a se defender das armadilhas desse caminho.

A educação financeira promove diálogo articulador entre as áreas do conhecimento, daí a sugestão de ser abordada como tema transversal. Ao ser introduzida na escola, contudo, encontrará outros temas já instituídos – meio ambiente, trabalho e consumo, educação fiscal, etc. – com os quais precisará dialogar. Nesse contexto, o projeto político-pedagógico de cada escola assume papel relevante para determinar a maneira como tais diálogos poderão se estabelecer.

Quanto ao material didático desenvolvido para a inclusão da educação financeira nas escolas, conclui-se que sua elaboração considerou importante aproximar as relações com a vida dentro e fora dos muros escolares com constante fluxo de informações, conhecimentos e motivações de inúmeras oportunidades de desenvolvimento dos valores e das competências, com os quais se pode transitar no mundo financeiro e nas situações da vida.

Existem algumas linhas de raciocínio, mas é claro que para tudo dar certo é necessário uma série de transformações sociológicas e culturais, mas mesmo assim os números são favoráveis, como pudemos analisar houve uma redução das taxas brutas de mortalidade e natalidade, e guardada as devidas proporções a média de filhos gerados pelos casais diminuiu acentuadamente.

Como pudemos inferir do capítulo acerca do bônus demográfico, esse contexto populacional é extremamente favorável, pois, nesse aspecto, o país ultrapassou o umbral do subdesenvolvimento. Em outras palavras, a hora é agora. Após o ano de 2030 as condições demográficas vão ficar menos favoráveis devido ao crescimento das taxas de dependência dos inativos (crianças e idosos) sobre os ativos (pessoas em idade economicamente ativa, ou seja, aqueles que estão produzindo) e ao envelhecimento populacional. Contudo, se o país aproveitar bem o

bônus demográfico existente no período 2000-2030, certamente as condições para enfrentar o futuro vão ficar mais favoráveis.

O futuro se constrói no presente. Infelizmente a população brasileira tem sido tratada mais como um problema do que como uma solução. Entretanto, o Brasil não pode perder essa oportunidade e os cidadãos não podem permitir que os dirigentes do país desperdicem o inédito e excepcional bônus demográfico.

Foram levantadas também as preocupações acerca do período pós bônus demográfico que se apresenta desafiador para o governo brasileiro principalmente na sustentabilidade do sistema de previdência. Consciente dessa necessidade o Poder Executivo propôs em 2007 o Projeto de Lei nº 1992 que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal, e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar para gerir esse regime de previdência denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP).

Em suma, o projeto cria o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais e limita suas aposentadorias e pensões ao limite pago atualmente pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos. Para percepções além desse limite, o servidor precisaria contribuir para o fundo de pensão a ser criado para administrar seu plano de benefícios, com a devida contrapartida da União limitada a percentual ainda em discussão. Essas novas regras valeriam somente para os servidores que ingressassem no serviço público depois da aprovação do projeto, podendo aqueles já entrados optar pela nova forma de contribuição e aposentadoria.

Esta iniciativa do poder público pretende viabilizar a recomposição do equilíbrio da previdência pública e garantir sua solvência no longo prazo, isto é, a existência dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios pactuados, bem como uma nova configuração dos dispêndios e obrigações futuras da União para com seus servidores a fim de construir um modelo de previdência sustentável e um tratamento isonômico entre trabalhadores do setor público e da iniciativa privada.

Nesta pesquisa, restou claro que o interesse do governo na educação financeira não se esgota no âmbito dos órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro, pois a formação de reservas para a aposentadoria, no regime de previdência privada, de caráter facultativo e complementar, é cada vez mais relevante, contribuindo para a elevação da taxa de poupança brasileira e, por conseguinte, para expansão do desenvolvimento. Esta previdência não elimina, no entanto, a importância do regime geral da previdência social, de filiação obrigatória, e da adequada orientação da população, especialmente da de baixa renda, para os benefícios e os seus direitos como filiados a esse sistema público.

Acerca da necessidade crescente de educação para a aposentadoria Clark e colaboradores (2006) reforçam tal argumento, lembrando que os indivíduos serão cada vez mais responsáveis pela sua renda na aposentadoria e, para que isso ocorra adequadamente, é necessário certo nível de conhecimento financeiro, de forma a dimensionar os impactos das decisões tomadas.

Foram investigadas também iniciativas do poder legislativo federal, e de alguns Estados e Municípios do Brasil que visam a inclusão da temática da educação financeira nos currículos escolares, de forma que venha a se tornar tema obrigatório a ser desenvolvido em sala de aula.

No âmbito federal a proposta trata de sugestão de alteração da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Destaca-se dentre estas, uma proposta já aprovada no âmbito do município de Anápolis/GO que instituiu a Semana da Educação Financeira na segunda semana de agosto, na qual a sociedade organizada é incentivada a realizar campanhas alusivas à educação financeira e a proteção da economia popular. Todos os demais projetos estão ainda em tramitação nas respectivas casas legislativas, e serve a presente pesquisa também para divulgar tais iniciativas.

A temática da educação previdenciária ganhou espaço de destaque nesta análise, pois se faz presente no âmbito do sistema de previdência complementar fechado, que por meio de seus órgãos de regulação e fiscalização pioneiramente incentivou e regulamentou a criação pelas entidades fechadas de previdência complementar de projetos de educação financeira a 15% do total de seus participantes, cerca de 01 milhão de pessoas. Essa iniciativa foi considerada de

grande relevância e se espera que aumente continuamente a quantidade de projetos apresentados e aprovados de forma que a educação de tal população seja efetiva, a fim de que passe a ser conhecedora de seu plano de benefícios, seus direitos e obrigações.

Merece destaque também a Avaliação de Impacto do projeto piloto elaborada pelo Banco Mundial que trouxe resultados mais que satisfatórios na comparação dos alunos que tiveram acesso ao material didático de educação financeira desenvolvido no âmbito da ENEF, com aqueles que não tiveram tais ensinamentos. Foi verificado um índice de 4,3% de índice de alfabetização financeira após 06 (seis) meses de aulas. Especialistas do Banco Mundial avaliaram esse primeiro resultado da ENEF nas escolas como extraordinários se comparados com os de outros países, e afirmaram em entrevista à Revista da Nova Bolsa, nº 11/2011, uma publicação da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) que “Se experiências como esta forem expandidas para o conjunto da sociedade brasileira, pode-se esperar, em poucos anos, resultados no plano macroeconômico, como o aumento da taxa de poupança”.

Dessa forma, com base em todos os dados apresentados nesta análise e com este reforço do Banco Mundial, conclui-se por fim que as colaborações que a ENEF pode trazer para a disseminação da cultura de poupança são enormes, pois, pessoas educadas para atuar no campo financeiro estão mais bem preparadas para realizar sonhos individuais e coletivos e, assim, construir base mais sólida para desenvolvimento do país, aqui concebido como a expansão das escolhas e da liberdade de todos. A combinação de crescimento econômico e de desenvolvimento social pode aliar-se, cada vez mais, à expansão da democracia, à proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, se a sociedade empreender esforços cooperativos contínuos para alcançar as metas consensuais de longo prazo. A educação financeira tem muito a contribuir nesse sentido.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Cássia de. E o que é Educação Financeira. http://www.educfinanceira.com.br/conteudo

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Programa de Educação Financeira. Apresenta o programa de educação financeira desta instituição. BACEN, 2006a. Disponível em: < http://www.bacen.gov.br/?PEF-BC >

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO – BOVESPA. Programa educacional Bovespa. BOVESPA, 2006a. Disponível em: < http://www.bovespa.com.br>

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. PCN(1998). Parâmetros curriculares nacionais. Brasília. DF.1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: Out 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB, Lei das Diretrizes Bases da Educação. 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: Out 2011

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, Matemática – 1º e 2º ciclos (1997); 3º e 4º ciclos (1998); Ensino Médio (1999). Brasília, DF.

BRASIL, Ministério de Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx

BRAUNSTEIN, Sandra.; WELCH, Carolyn. Financial literacy: An overview od practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>. Acesso em: nov 2011.

CARVALHO, Valéria de. Educação matemática: matemática & educação para o consumo. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP). Orientador: Maria do Carmo Domite. Disponível em: <http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm> Acesso: Out 2011

CERBASI, G. Casais inteligentes enriquecem juntos. São Paulo: Gente, 2004.

CLARK, R. L. et al. Retirement plans and saving decisions: the role of information and education. Journal of Pension Economics and Finance, v. 5, n. 1, Mar. 2006.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: < http://www.cvm.gov.br/>

DECOL, René. ENEF: Uma extraordinária iniciativa no campo da educação financeira. REVISTA DA NOVA BOLSA – Uma publicação da BM&F Bovespa, São Paulo, nº 11/2011, p. 14-18, jul/set. 2011.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. Financial Services Review, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

FOX, J.; BARTHOLOMAE, S.; LEE, JINKOOK. Building the case for financial education. The Journal of Consumer Affairs, v. 39, n. 1, p. 195, Summer 2005.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz, 27.ed., 1996.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 7. ed. Rio de Janeiro: Record. 2003.

HALFED, M. Investimentos: Como administrar melhor o seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond. The World Bank, oct. 2005. Disponível em: < http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715 > Acesso em: nov 2011.

LAZZARINI, S. G. Estudos de caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. Economia e Empresa, v. 2, n. 4, p. 17-26, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Coleção Magistério 2° grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, José Pio. A educação Financeira ao Alcance de Todos. São Paulo. Fundamento Educacional, 2004.

MATA, R. O. B. Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NERI, Marcelo Côrtes; CARVALHAES, Luisa. Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: nov 2011.

_____. Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness. July 2005. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: nov. 2011.

Previdência complementar: cartilha do participante / Ministério da Previdência Social, Secretaria de Previdência Complementar. – Brasília: MPS, SPC, 2008. Disponível em http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090119-102133-452.pdf.

SAITTO, A. T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE). São Paulo: USP, 2006.

SAITO, A. T.. A educação Financeira no Brasil sob a otica da Organização De cooperação e desenvolvimento economico (OCDE) Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA S. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Scielo Brazil, Nov/dez. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acesso em: nov 2011

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo (Ed.). Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

SANTOS, Giovana Lvínia da Cunha; SANTOS, César Sátiro dos. Rico ou pobre: uma questão de educação. Campinhas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

SILVA, Edna Lúcia da; MENESES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

STEFANO, Fabiane; SANTANA, Larissa; ONAGA, Marcelo. O retrato dos novos consumidores brasileiros. Exame, São Paulo, ano 42, nº. 7, Ed. 916, p. 20-30, 23 abr. 2008.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. Financial Services Review, v. 15, n. 1, p. 59-79, Spring 2006.